Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Sob efeitos da pandemia, arrecadação cai 6,9% e é a mais baixa em dez anos 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
INSS começa a pagar aposentadorias e pensões com reajuste; índice varia de 1,46% a 5,45% 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Carf julgará casos de maior valor para reduzir estoque de R$ 748 bi 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Fazenda teme reversão da jurisprudência 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Nova lei de recuperação e o veto presidencial - OPINIÃO JURÍDICA 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
INSS pede que servidores entrem na fila de prioridade na vacinação 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO
Vacina para idosos, Saúde e Educação 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO
Equipe de Guedes quer novo programa social dentro do teto 17

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO
"O establishment não quer as privatizações" 19

CORREIO DO POVO - RS - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO
OAB critica "desprezo" por 217 mil mortos 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Guedes apela ao Congresso: "limpe a pauta" 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Imposto sobre grandes fortunas: controvérsia e oportunidade (2) 23

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Vacinação em massa é 'decisiva', afirma Guedes 24

O GLOBO - RJ - RIO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Estado prevê reforma tributária para reativar economia 26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

As pedras no caminho para 2022 - ANDREA JUBÉ 27

PORTAL UOL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Gestão Bolsonaro vira remake do governo Temer 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Padrão estético que até mata (2) 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Apesar da vacina, tropeços recentes de Doria afligem tucanos para eleição de 22 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Pesquisa Focus projeta recuo de 1% no trimestre 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Imunização em massa será "decisiva" para economia "voar novamente", diz Guedes 35

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
O "grande ajuste" da economia com Biden (2) 36

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Economia já aceita volta do auxílio, mas quer atrelar medida a corte de gastos 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Alta de alimento "mascara" inflação baixa em serviços 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
A distopia de uma fila paralela para a vacina 43

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
POLÍTICA
Vacina antecipa disputa política entre Bolsonaro e Doria. Entenda as estratégias 45

Sob efeitos da pandemia, arrecadação cai 6,9% e é a mais baixa em dez anos

Fábio Pupo - brasília

A **Receita Federal** encerrou 2020 com arrecadação de R$ 1,526 trilhão em **impostos** e contribuições, uma queda real de 6,91% em relação ao ano anterior. Afetado principalmente pelos efeitos da Covid- 19 na economia, o resultado é o mais baixo em dez anos (já considerando a série histórica atualizada pela **inflação**).

A menor arrecadação agrava o cenário de desequilíbrio fiscal impulsionado pela pandemia do coronavírus e pelas despesas anticrise criadas em 2020 (como o auxílio emergencial), aumentando a dívida pública brasileira.

O principal fator para a queda foi o desempenho da atividade econômica, segundo a Receita. Houve retração em indicadores decisivos para a arrecadação -como a produção industrial, a venda de bens e serviços e as importações.

Na análise por setor, os números foram impactados em 2020 principalmente pelo desempenho da arrecadação nos mercados de combustíveis (retração de 55%), entidades financeiras (queda de 21%), fabricação de veículos (diminuição de 23%) e eletricidade (menos 19%).

As principais quedas foram observadas no recolhimento de PIS/Cofins, aplicados ao faturamento obtido pelas empresas (menos R$ 40 bilhões no ano, ou queda de 11% em relação a 2019); e de receita previdenciária, obtida a partir de salários (menos R$ 33 bilhões, ou queda de 7%).

Os dados da Receita mostram ainda queda na arrecadação em consequência das medidas tributárias tomadas para aliviar a situação das empresas, como adiamentos e cortes de **tributos**.

As medidas de adiamento envolveram R$ 85 bilhões - que deveriam, na sua maioria, ser pagos ainda em 2020. A Receita calcula ter recuperado, ao fim de 2020, R$ 8 bilhões a menos do que o montante.

Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, diz que empresas podem ter deixado de pagar devido a problemas financeiros. "Grande parte dos contribuintes teve atividades suspensas por causa do distanciamento, como academias, bares e restaurantes. É possível que elas não tenham conseguido honrar seus compromissos." De qualquer forma, o Ministério da Economia comemorou o que interpreta ser uma diferença pequena em relação ao que era devido pelas empresas e vê, de forma geral, que elas conseguiram cumprir suas obrigações.

Outro fator relevante para a queda na arrecadação foram os R$ 19,6 bilhões perdidos com o corte de IOF sobre operações de crédito. A medida foi tomada para baratear o custo dos empréstimos em meio à crise.

Também impactou os números de 2020 o aumento das chamadas compensações tributárias, quando as empresas abatem dívidas tributárias asando créditos a que têm direito perante o fisco (principalmente devido a decisões judiciais).

Em 2020, empresas abateram R$ 167 bilhões em compensações tributárias (+58%).

Os técnicos da Receita afirmaram que preparam uma auditoria de R$ 100 bilhões nos créditos tributários para conferir se empresas não estão abusando do direito de asaras compensações.

O ministro Paulo Guedes (Economia) fez um pronunciamento sobre os números, sem responder a perguntas. Ele preferiu destacar a queda nominal da arrecadação, de 3,75% -que deixa de atualizar pela **inflação** os dados do ano anterior, levando a uma retração mais leve.

"É uma queda branda ante a gravidade do fenômeno", afirmou Guedes. "Mostra o vigor da recuperação. Tínhamos a chance de fazer uma recuperação em 'V' e fizemos. A maior parte dos setores está com **PIB** ligeiramente acima de quando fomos atingidos pela pandemia", disse.

"A queda foi abaixo do previsto no começo do ano pelos economistas brasileiros, pelas agências, pelos órgãos internacionais. Todos previam resultados piores. Uma queda de 3,75% [nominal] no ano em que enfrentamos o maior desafio da economia brasileira, que foi o total colapso da mobilidade social, eu considero excelente", disse.

O ministro também reafirmou nesta segunda sua expectativa de que o país vai encerrar 2020 sem queda no número de empregados formais.

"Temos a expectativa de que será a primeira vez que o Brasil entra [em recessão sem perder empregos formais]." O secretário especial da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto, diz que a arrecadação deve apresentar crescimento em 2021 e acompanhar a tendência observada nas projeções para o **PIB**. Segundo o governo, a economia vai avançar 3,2% neste ano.

NÃO HÁ AMBIENTE PARA DISCUTIR NOVO IMPOSTO, DIZ

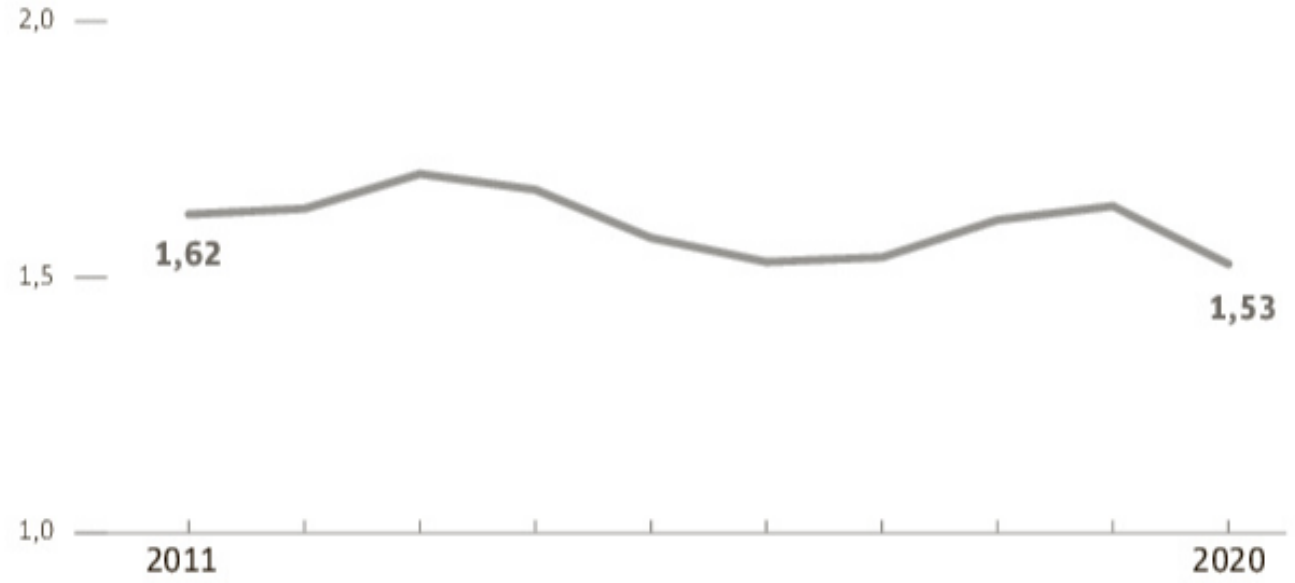
LIRA Candidato ao comando da Câmara dos Deputados, o líder do bloco do centrão, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta segunda-feira (25) que não há ambiente no país para discutir a criação de um novo imposto sobre transações nos moldes da extinta CPMF, como propôs o ministro Paulo Guedes (Economia). "Imposto sobre transações não é CPMF. Você tem hoje um novo mundo" disse. A eleição para o comando da Casa será na segunda (1°).

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49418

Arrecadação desacelera

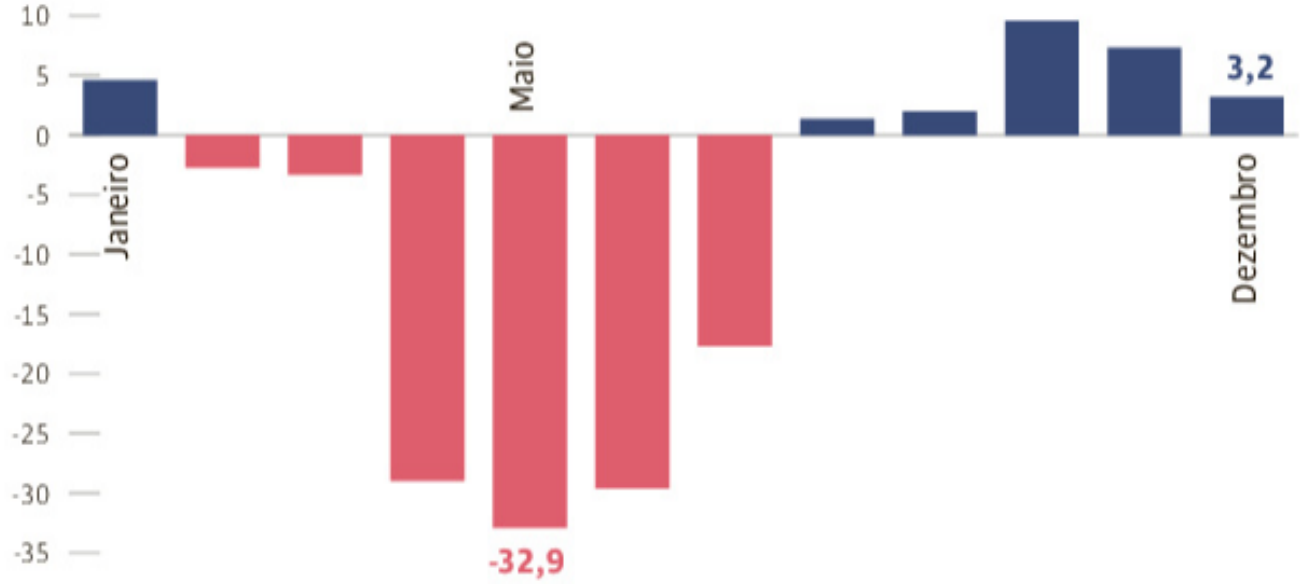
Resultado anual da arrecadação*

Em R$ trilhões



Variação anual da arrecadação em 2020*

Em %



*Valores corrigidos pela inflação | Fonte: Receita Federal

INSS começa a pagar aposentadorias e pensões com reajuste; índice varia de 1,46% a 5,45%

Laísa DalPAgnol e Clayton Castelani - agora | são paulo

As aposentadorias e pensões do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) começaram a ser pagas nesta segunda-feira (25) já com os valores reajustados. O calendário segue até 5 de fevereiro.

A correção, que começa a incidir na competência janeiro, foi calculada com base no INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor), cujo acumulado nos 12 meses de 2020 foi de 5,45%.

Esse reajuste, no entanto, não será aplicado a todos os beneficiários. Quem começou a receber os pagamentos a partir de fevereiro do ano passado terá a correção proporcional à **inflação** acumulada do mês de início do benefício até dezembro.

Para quem se aposentou em fevereiro, por exemplo, a correção é de 5,25%. Quem passou a ser beneficiário em dezembro terá 1,46%.

Os beneficiários devem considerar que os valores reajustados também sofrerão descontos do IR (Imposto de Renda).

A tabela do fisco não é atualizada desde 2015 e, por isso, a correção da **inflação** empurra beneficiários que estão no limite de uma faixa de contribuição maior para cima, o que pode aumentar a mordida do leão.

Quem recebe até R$ 1.903,99 não paga o imposto, e aposentados e pensionistas que passaram dos 65 anos de idade têm uma vantagem: independentemente da renda, a **Receita Federal** isenta uma parcela de R$ 1.903,99 do benefício da cobrança.

TJ-SP SUSPENDE IPVA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Nogueira Diefenthaler, relator da ação ajuizada pelo Ministério Público, considerou a cobrança inconstitucional ao dar liminar. SP vai recorrer.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494

18

Carf julgará casos de maior valor para reduzir estoque de R$ 748 bi

Beatriz Olivon De Brasília

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (**Carf**) quer neste ano reduzir o valor total do estoque de processos. Mesmo julgando mais em 2020, o órgão viu aumentar em R$ 120 bilhões o montante em discussão - que passou a R$ 748 bilhões. Para dar vazão, os conselheiros estão passando a se concentrar na análise de teses já definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou objeto de súmulas do próprio **Carf**.

A medida é uma forma de o órgão não ficar preso ao teto de R$ 12 milhões estabelecido recentemente para as sessões virtuais - outra saída encontrada para reduzir o estoque. Antes, era de R$ 8 milhões e o **Carf**, além de alterar o limite pela terceira vez, incluiu a possibilidade de os conselheiros analisarem representações de nulidade, que discutem a ocorrência de alguma irregularidade em julgamento do próprio órgão.

Por enquanto, as sessões serão apenas virtuais, mas a ideia é adotar, provavelmente no segundo semestre, um modelo misto. O **Carf** já realizava julgamentos virtuais antes da pandemia, mas só para processos que discutiam autuações fiscais de até 60 salários mínimos.

"Nossa estratégia, por enquanto, em termos de valor, é varrer do acervo aquilo que é objeto de súmula do **Carf** e precedentes vinculantes", afirma a presidente do **Carf**, Adriana Gomes Rêgo. É o que é possível fazer de forma virtual, acrescenta, seguindo o regimento interno.

Entre os temas que já foram resolvidos pelo STF está a quebra de sigilo fiscal. Os ministros consideraram a medida possível, mas o contribuinte continua alegando no **Carf** que é inconstitucional. Também são muito usadas as súmulas 132 e 139, editadas pelos conselheiros. A primeira trata de juros de mora sobre autuação que teve depósito judicial parcial. A segunda diz que descontos e abatimentos concedidos por bancos em renegociação com clientes são despesas operacionais dedutíveis da base de cálculo da CSLL.

No ano passado, o **Carf** conseguiu julgar mais processos. Mas pela limitação do modelo virtual, apenas casos de menor valor. Entre junho e novembro, o número de julgamentos subiu 48% na comparação com o mesmo período de 2019. Assim, o órgão terminou o ano com estoque de 101 mil processos, ante 116 mil em novembro de 2019.

"As entradas [de processos] foram constantes, mas as saídas foram maiores", diz Adriana. No ano passado, a estratégia era julgar casos de menor valor e repetitivos -para que uma decisão valesse para vários processos. Com a mudança, o tempo de tramitação de um caso no **Carf** caiu de 800 para 550 dias.

Quando o modelo misto for adotado, as prioridades para os julgamentos presenciais, de acordo com Adriana, serão os casos que saíram da pauta virtual, por pedido de advogados e procuradores, e os processos de maior valor que discutem temas que ainda não foram pacificados pelos tribunais superiores.

Poucos casos concentram 40% do valor em estoque no **Carf**. São apenas 105, que discutem, por exemplo, amortização de ágio e tributação de ganho de capital. O processo de maior valor é do Itaú Unibanco. Nele, a **Receita Federal** cobra R$ 25 bilhões de Imposto de Renda e CSLL por ganho de capital com a fusão. O banco está vencendo a disputa.

A Petrobras também está entre os maiores litigantes. Possui 11 processos em tramitação, que somam cerca de R$ 43 bilhões. Outra empresa da lista é a Ambev, com pelo menos oito processos, em um total de R$ 13,2 bilhões.

Em meio à pandemia, não restou alternativa. Os conselheiros passaram a se encontrar apenas virtualmente. A medida, além de gerar maior volume de julgamentos, trouxe economia para o **Carf**. Com diárias e passagens, os gastos caíram 80% em 2020.

A presidente prefere não prever uma data para o

retorno das sessões presenciais. Fala apenas em segundo semestre se a situação da pandemia permitir. "Claro que não vamos colocar a vida dos conselheiros em risco", afirma. Hoje, 95% dos conselheiros não moram em Brasília e se deslocam para os julgamentos.

As sessões virtuais facilitaram, segundo ela, a vida dos advogados. "Muitos gostaram de fazer sustentação remota e o número de pedidos na 2a Seção, por exemplo, aumentou", diz ela.

A 2a Seção julga mais processos envolvendo pessoas físicas e valores menores e, por isso, na volta à normalidade, poderá ter mais sessões virtuais do que a Ia Seção, que concentra os casos de maior valor. "O que vai determinar [o número de sessões virtuais e presenciais] é a característica do acervo, sempre respeitando a vontade dos patronos", afirma Adriana.

Os julgamentos virtuais recomeçaram no dia 12 e o calendário está mantido. A presidente espera realizar uma reunião do Pleno no segundo semestre, mesmo que de forma virtual. É nessa sessão que são aprovadas as súmulas do órgão. Em 2020, não foram apresentadas propostas de súmula em número suficiente que justificasse a sessão, segundo Adriana. "Se eu tivesse mais súmulas, poderia julgar mais processos virtualmente", diz.

Entre os conselheiros, a maioria aprova o sistema virtual por conta da pandemia, segundo Laércio Cruz Uliana Junior, presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no **Carf** (Aconcarf). "As sessões ficaram mais cansativas pelo virtual. Muitas vezes o contato pessoal dava mais dinamismo, mas os trabalhos em si não foram alterados", afirma.

Para a advogada e ex-conselheira Cristiane Costa, sócia no escritório Thomazinho, Monteiro, Bellangero Jorge, um sistema misto, com a manutenção dos julgamentos virtuais, facilitará a vida dos pequenos contribuintes. "Pode ser um ganho de produtividade para o **Carf**", diz.

Ela lembra que, enquanto os processos estão no **Carf**, os valores das autuações não são cobrados ou garantidos pelos contribuintes. "O Conselho sofrerá pressão para julgar valores altos, para que possam ser cobrados."

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que considera "positivo" o modelo misto proposto pelo **Carf**. O formato, diz, permite o aumento da produtividade com os julgamentos virtuais, que se mostraram eficientes para processos de menor complexidade e, ao mesmo tempo, possibilita que os casos mais complicados sejam julgados em sessões presenciais.

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186647?page=1&section=1

Fazenda teme reversão da jurisprudência

Beatriz Olivon De Brasília

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) teme que a jurisprudência se inverta com o retorno dos julgamentos presenciais no Conselho Administrativo cie Recursos Fiscais (**Carf**). As sessões terão processos de maior valor e poderá ser aplicada com maior frequência a nova regra para o desempate de votos, que dá a vitória ao contribuinte.

Adotou-se pouco no ano passado o novo critério, segundo a PGFN. Há maior chance de empate, afirma o órgão, nos julgamentos de casos com valores mais elevados, como os que envolvem planejamentos tributários ou teses tributárias de maior repercussão. E há possibilidade de reversão da jurisprudência, acrescenta, inclusive em matérias que vem sendo julgadas a favor da Fazenda pelo Judiciário, o que considera "preocupante".

Até a mudança, valia o chamado voto de qualidade, que é o desempate pelo presidente da turma julgadora , um representante da Fazenda. Levantamento realizado pelo escritório Mattos Filho Advogados mostra que, em 2018, foram 530 julgamentos com empate, com o voto de qualidade a favor do Fisco. Em 2019, 710. Já em 2020, foram 144 empates, com apenas 27 desempates a favor do contribuinte - a nova regra não é aplicada pelo **Carf** em todos os tipos de processos.

O novo modelo de voto de desempate surgiu em abril do ano passado, com a Lei n° 13.988, que alterou o artigo 19-E da Lei n° 10.522, de 2002. A redação dada ao dispositivo, no entanto, acabou dando margem para diferentes interpretações.

O dispositivo libera do voto de qualidade o "processo administrativo de determinação e exigência de crédito tributário". O **Carf**, nos seus julgamentos, tem afirmado que o texto envol-veria apenas uma parcela dos processos julgados.

No entendimento do órgão somente os decorrentes de autos de infração - deixando de lado casos processuais, sobre responsabilidade solidária e embargos de declaração. Na Portaria n° 260, de julho de 2020, o Ministério da Economia referenda a posição do tribunal administrativo.

Para o advogado João Marcos Colussi, sócio do escritório Mattos Filho, será um desafio a retomada dos grandes casos e ainda com a aplicação do desempate a favor dos contribuintes. "A imposição de um limite de R$ 1 milhão e depois R$ 8 milhões em 2020 foi uma maneira de não julgar casos que envolvem grande quantia com a obrigatoriedade de aplicar o desempate", afirma.

O modelo virtual, acrescenta o advogado tributarista, é produtivo e bom para todos os envolvidos. "Mas casos com certa complexidade devem ser julgados pelos conselheiros de forma presencial", diz.

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186647?page=1&section=1

Nova lei de recuperação e o veto presidencial - OPINIÃO JURÍDICA

IRAPUÃ BELTRÃO

Entrou em vigor no fim de semana a Lei n° 14.112, de 2020. A norma altera a Lei n° 11.101, de 2005, que, por sua vez, regula a recuperação judicial e extrajudicial e a falência no Brasil. O texto sancionado pelo presidente da República, contudo, distanciou-se em alguns pontos do Projeto de Lei (PL)n° 4.458, de 2020, aprovado pelo Congresso Nacional.

No que tange

especificamente às questões tributárias, constam dois vetos: (i) ao artigo 6-B, o qual dispunha que não se aplicaria, para fins de utilização do prejuízo fiscal acumulado, a trava de 30% na apuração cio Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre a parcela do lucro líquido decorrente de ganho de capital resultante da alienação judicial de bens ou direitos, pela pessoa jurídica em recuperação judicial ou com falência decretada; e(ii) ao artigo 50-A, por meio do qual buscava-se esclarecer que o PIS/Cofins não incide sobre a "receita" reconhecida contabilmente pela empresa devedora em virtude da renegociação de dívidas no âmbito da recuperação judicial.

Quanto ao artigo 6-B, o objetivo era de aliviar o caixa das empresas em recuperação judicial, que poderiam utilizar prejuízo fiscal, sem a imposição da trava cie 30%, na apuração do IRPJ e CSLL sobre a parcela decorrente de ganho de capital. Afinal, como é geralmente necessária a venda de bens ou direitos para a manutenção da atividade produtiva, a empresa podería valer-se de créditos próprios sem nenhuma limitação.

Já para compreender a questão referente ao artigo 50-A é necessário ter em mente que, sob a perspectiva estritamente contábil, a redução de dívidas sem seu pagamento pela empresa devedora usualmente é classificada como "receita" de tal empresa. Assim, considerando que no contexto de recuperação judicial é comum que a empresa devedora negocie com seus credores a concessão cie descontos para o pagamento de suas dívidas, a contabilidade registrará esses descontos como uma "receita" da empresa devedora.

Transplantando essa forma de tratamento contábil para o universo tributário, a **Receita Federal** adota o entendimento de que a diminuição de um passivo (sem seu pagamento) configura receita tributável cia empresa devedora (vide, por exemplo, a Solução de Consulta Cosit n° 21 /13 -parágrafo 10.3).

Daí a necessidade de se esclarecer, como pretendeu fazer o Congresso Nacional, que eventual redução de despesa negociada em sede de recuperação judicial não configura receita tributável da empresa devedora, em recuperação.

Na fundamentação do veto, o Ministério da Economia informou que as regras inseridas pelos artigos 6-B e 50-A no texto aprovado pelo Congresso Nacional representariam renúncia de receita em descompasso com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além de, quanto ao artigo 50-A, violar o princípio da isonomia tributária. Não há, contudo, renúncia de receita por parte da União em nenhuma das duas hipóteses.

No que se refere à trava de 30%, a sua eliminação para fins de apuração do ganho de capital simplesmente permite a utilização integral de crédito, já pertencente ao contribuinte, que seria usufruído mais cedo ou mais tarde. A medida, portanto, não traz propriamente uma renúncia de receita para a União a que alude o artigo 14 da LRF, já que, sendo o crédito integralmente utilizado, os futuros pagamentos dos **tributos** serão feitos em espécie, dentro ou fora do mesmo ano-calendário.

Quanto ao PIS/Cofins, não se está diante cie uma receita tributável auferida pelas empresas em recuperação, tendo em vista a necessária distinção entre "receita contábil" e "receita tributável". Essa distinção foi feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF) quando, em 2012, sob o rito da repercussão geral (RE n° 606107/RS), decidiu que, ainda que a contabilidade "possa ser tomada pela lei como ponto de partida para a determinação das bases de cálculo de diversos **tributos**, de modo algum subordina a tributação", razão pela qual a receita tributável, sob o prisma constitucional, representa "o ingresso financeiro que se integra no patrimônio na condição de elemento novo e positivo, sem reservas ou condições". Logo, sem que se verifique receita tributável auferida pelas empresas em recuperação, não cabe cogitar eventual renúncia de receita por parte da União.

Inexiste, ainda nesse ponto, qualquer ofensa ao

princípio cia igualdade tributária, seja porque inexiste receita tributável da empresa em recuperação; seja porque uma empresa em recuperação judicial não está em situação similar àquela em que se encontram empresas economicamente saudáveis, ainda que atuem no mesmo setor. Pelo contrário, resulta do princípio da igualdade que empresas contribuintes que se encontram em situações distintas recebam tratamento também distinto.

Espera-se que o Congresso Nacional, debruçando-se sobre tais argumentos, exerça seu legítimo poder e derrube o veto presidencial aos artigos 6-B e 50-A do PL n° 4.458, de 2020.

Não há renúncia de receita por parte da União em nenhuma das regras tributárias vetadas pelo presidente

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186647?page=1&section=1

INSS pede que servidores entrem na fila de prioridade na vacinação

Raquel Lopes - brasília

Com a oferta de poucas doses de vacinas contra a Covid-19 no Brasil, setores públicos e privados têm procurado o Ministério da Saúde para conseguir se vacinar antes que a maior parcela da população. Desta vez, o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) solicitou à pasta que os servidores entrem para o grupo prioritário.

A justificativa, em um ofício enviado ao Ministério da Saúde, seria que o instituto realiza atividade essencial para a comunidade e está em contato direto com pessoas que fazem parte do grupo de risco, como os idosos, que correspondem a 74,7% dos segurados. O órgão possui 23.911 servidores.

"Esses profissionais fazem atendimento direto aos cidadãos que buscam os serviços previdenciários e sociais, compostos por pessoas idosas, doentes e com comorbidades. Pela execução do seu trabalho e pelo público que atende, o servidor que atua no atendimento está exposto diretamente ao risco do contágio e atendendo o grupo de risco", disse o **INSS** no documento.

As agências da **Previdência Social** estiveram fechadas de 23 de março até 8 de setembro de 2020, mas, segundo o **INSS** no ofício, houve a prestação de serviços de forma remota. Atualmente, das 1.563 unidades do país, 1.074 já reabriram.

O **INSS** não é o primeiro órgão público a tentar garantir que servidores sejam vacinados antes da maior parcela da população. O STF (Supremo Tribunal Federal) pediu ao Instituto Butantan e à Fiocruz a "reserva" de doses para vacinar 7.000 funcionários do tribunal e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

A solicitação foi feita no fim de novembro, antes mesmo de a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) ter aprovado o uso emergencial dos imunizantes.

Movimentação similar em relação aos imunizantes ocorreu no STJ (Superior Tribunal de Justiça). O segundo tribunal mais importante do país também requisitou, sem sucesso, a reserva das vacinas aos institutos.

O setor privado também tem tentando garantir que os profissionais da área sejam incluídos no grupo prioritário.

Excluídos do primeiro plano de vacinação do Ministério da Saúde apresentado ao STF, trabalhadores do transporte foram sendo incluídos aos poucos nas versões mais recentes.

Em dezembro, foram os trabalhadores do transporte coletivo e transportadores rodoviários de carga. Já em janeiro, trabalhadores portuários, funcionários de companhias aéreas nacionais, funcionários de empresas metroferroviárias de passageiros e de cargas e funcionários de empresas brasileiras de navegação também foram incluídos.

Entraram na lista também trabalhadores da indústria e construção civil. Com as mudanças, o total de pessoas previstas para receber as vacinas entre os grupos prioritários passa a ser de 77,2 milhões. Até então, o total era estimado em tomo de 65 milhões.

Procurado, o Ministério da Saúde não havia se pronunciado até a conclusão deste texto.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49418

Vacina para idosos, Saúde e Educação

» JÉSSICA MOURA» LUANA PATRIOLINO

A partir de hoje, todos os trabalhadores de saúde da rede pública e dos hospitais particulares do Distrito Federal poderão ser imunizados contra a covid-19. "Estaremos ampliando o público beneficiado para todos os profissionais de saúde da rede pública, sem distinção de categorias, e para os profissionais que atuam nos hospitais da rede privada", disse o secretário de Saúde, Osnei Okumoto. Segundo a pasta, os **servidores públicos** receberão as doses nas unidades na Região de Saúde onde atuam, e os trabalhadores da rede privada seguem sendo vacinados nos estabelecimentos onde prestam serviço.

Com a entrega da nova remessa da CoronaVac, o Governo do Distrito Federal (GDF) afirmou que pretende vacinar, na próxima etapa, idosos acima de 80 anos. Professores devem receber o imunizante contra a covid-19 até março, quando haverá retorno das aulas presenciais da rede pública da capital. Segundo o governador Ibaneis Rocha (MDB), cerca de 150 mil doses, que estão ainda sendo preparadas para envio, devem ser repassadas ao DF pelo Plano Nacional de Imunização. O anúncio foi feito, ontem, durante visita à fábrica Bthek, da União Química - responsável pela produção do imunizante Sputnik V, no Brasil.

"Queremos proteger os nossos professores também para que a gente possa ter um nível de segurança maior", disse Ibaneis. "Só assim vamos acabar com isso", completou. De acordo com o governador, o DF deve receber, até o fim da semana, cerca de 150 mil doses da CoronaVac, do Ministério da Saúde.

Durante a visita, o governador comentou que manterá restrições a bares e restaurantes, que devem encerrar o funcionamento até as 23h. "A gente entende a reclamação de todos eles, sabemos do impacto que ocorre na parte da economia, mas nós temos que nos preocupar com a nossa rede hospitalar e com a saúde da população, que, nesse momento, para mim, é prioritário". No fim de semana, os fiscais do DF Legal fecharam quatro festas clandestinas.

O Distrito Federal vive o desafio de controlar a disseminação do novo coronavírus. Especialistas reiteraram a importância de vacinar a população para evitar uma segunda onda da doença. "Apesar dessa guerra toda, a arma que nós temos, neste momento, para a covid-19, é vacinar a população o mais rápido possível e aplicar as medidas restritivas", alerta o infectologista Julival Ribeiro, membro da Sociedade de Infectologia do Distrito Federal. Sete dias após o início da campanha de vacinação contra a covid-19 no DF, 18,5 mil pessoas receberam as doses da CoronaVac, imunizante produzido, no Brasil, pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac.

No domingo, 41,5 mil doses da Covidshield, imunizante da Universidade de Oxford/AstraZeneca desembarcaram no DF e refroçaram o estoque para vacinar o grupo prioritário, formado por profissionais da saúde , idosos com mais de 60 anos e pessoas com deficiência que vivem em abrigos, cuidadores e indígenas.

Julival Ribeiro ressalta que, para a capital atingir a imunidade coletiva e cessar a pandemia, seria preciso vacinar, pelo menos, 75% da população. O DF tem de mais de 3 milhões de habitantes. "Primeiro, alguns não vão desenvolver anticorpos. Em segundo lugar, temos grupos imunossuprimidos, e ninguém sabe ainda quanto dura a proteção", frisa. Ele avisa que, mesmo que a campanha esteja em curso, a população deve continuar adotando os cuidados sanitários: "Higienizando as mãos, manter o isolamento, uso de máscara e, sobretudo, evitar as aglomerações", diz.

VisitaAtualmente, a CoronaVac e a Covidshield possuem autorização de uso emergencial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para serem aplicadas na população. Depois da liberação, em 17 de janeiro, as doses foram distribuídas aos estados por meio do Programa Nacional de Imunização (PNI) em quantidade proporcional à população. Além das 41,5 mil doses da vacina de Oxford, o DF recebeu 105,6 mil unidades da CoronaVac.

A União Química firmou acordo com o Instituto Gamaleya para obter a transferência de tecnologia para produção da Sputnik V e deu início à fabricação

em um estágio piloto no laboratório em Santa Maria. A empresa teve uma nova rodada de negociações com a Anvisa para conseguir a liberação de uso emergencial do imunizante no Brasil e para a realização de testes clínicos de fase três em voluntários brasileiros. Desse modo, toda a fabricação da vacina seria feita no Brasil, uma vez que a empresa produz o Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), princípio ativo do imunizante.

A empresa pretende importar 10 milhões de doses prontas da Rússia. Com a autorização para uso emergencial, a empresa alega que poderia produzir 8 milhões de frascos com doses unitárias por mês, a partir de março. Porém, o governador Ibaneis assegurou que vai seguir o PNI para receber os imunizantes encaminhados pelo governo federal e que não vai comprar doses antecipadas da Sputnik V ou reservar lotes.

Diretor de Negócios Internacionais da União Química, Rogério Rosso está otimista quanto à liberação da Sputnik V pela Anvisa. "Iniciados os testes clínicos, vamos fazer a importância emergencial de 10 milhões de doses. E, ao longo do ano, a produção da União Química e importação de vacinas da Rússia, teremos 150 milhões de doses até dezembro", disse.

O embaixador russo Sergey Akopov ressaltou que o momento é de união. "Quanto mais vacinas existirem no mundo, é melhor. É lógico que, hoje, nenhum país sozinho pode ganhar esta guerra, então nós unimos todos os esforços de todas as nações do mundo para combater essa realidade", pondera.

Fura-filasO Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) recebeu denúncias de que pessoas fora dos grupos prioritários receberam os inoculantes da farmacêutica chinesa Sinovac. O órgão questionou a Secretaria de Saúde quanto à integridade do processo, informou que vai acompanhar a vacinação e cobrou transparência na aplicação das doses.

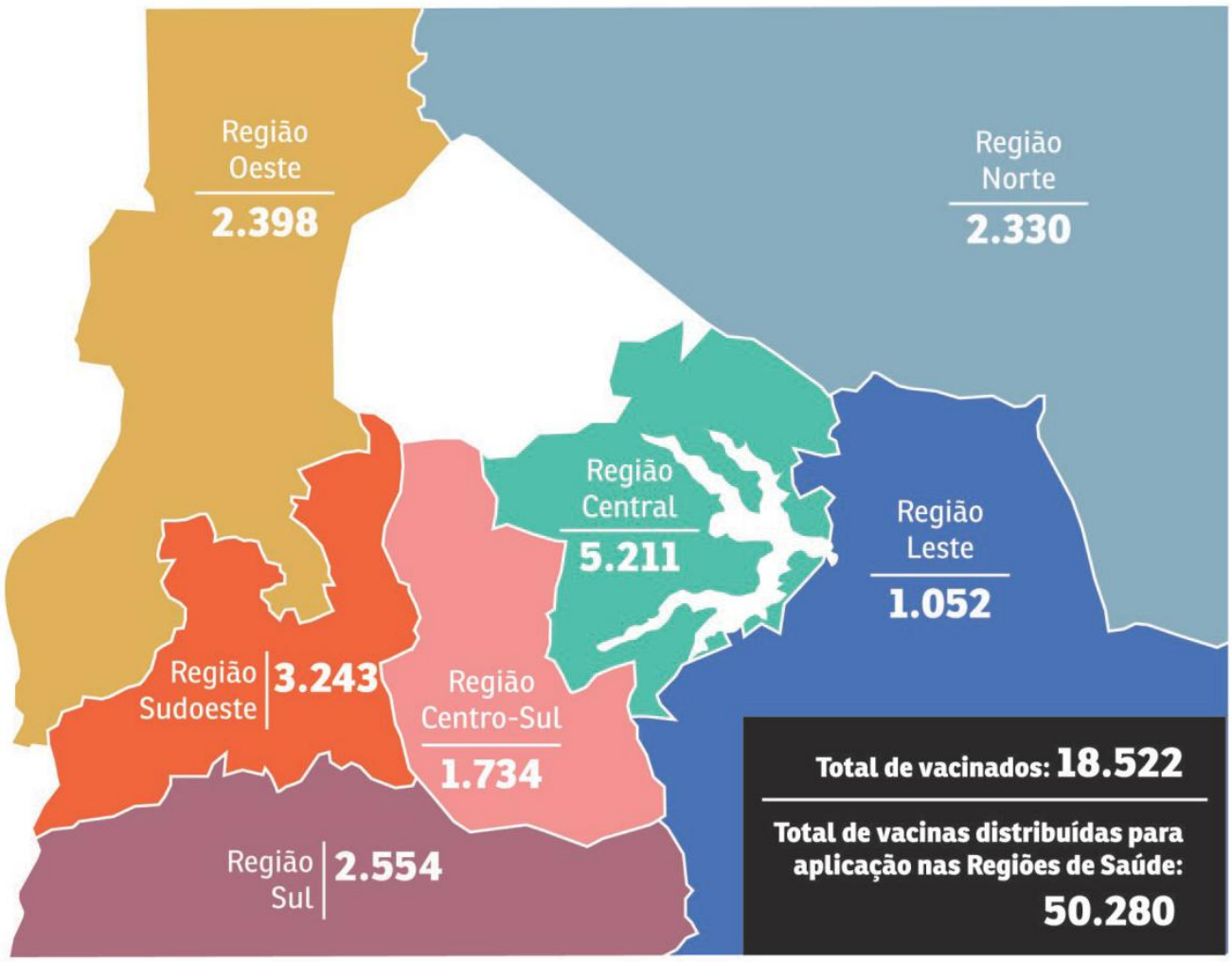
Diante do posicionamento do MPDFT, a Saúde passou a divulgar um balanço diário do andamento da vacinação no DF em sua página oficial (saude.df.gov.br). A Comissão Especial da Vacina da Câmara Legislativa (CLDF), presidida pelo deputado Fábio Felix (PSol), lançou um canal para registrar as denúncias de irregularidades na aplicação da vacina. O serviço funciona pelo WhatsApp - (61) 9 9904-1681.

Ontem, representantes da força-tarefa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que acompanha as medidas de enfrentamento à pandemia no DF, realizaram uma vistoria no Hospital Regional do Gama (HRG). De acordo com o órgão, o objetivo é verificar a aplicação de vacinas de prevenção à covid-19. O local foi escolhido a partir de relatos de desrespeito às diretrizes definidas no Plano Distrital de Vacinação. Mais de 900 profissionais da área de saúde foram vacinados na unidade. A previsão é que 1,2 mil servidores sejam imunizados no hospital. Ao Correio, MPDFT informou que está apurando as denúncias a respeito de "fura-filas" e não pode divulgar dados para não atrapalhar as investigações.

4.490 mortos Segundo a Secretaria de Saúde, 1.148 diagnósticos da covid-19 e 14 mortes devido à doença foram notificados nas últimas 24 horas. Com os registros, a capital totaliza 271.319 casos confirmados e 4.490 mortes - 260.216 (95,9%) pacientes estão recuperados. A média móvel de casos está em 864, e de óbitos, em 9,43.

Balanço de vacinação no Distrito Federal

Número de vacinados nas Regiões de Saúde



Região de Saúde Central: Asa Sul, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte, Vila Planalto, Vila Telebrasília, Varjão, Cruzeiro, Noroeste e Sudoeste/Octogonal

Região de Saúde Centro-Sul: Guará, Estrutural, SIA, SCIA, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, Riacho Fundo I e Riacho Fundo II

Região de Saúde Norte: Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal

Região de Saúde Oeste: Brazlândia, Ceilândia e Sol Nascente/ Pôr do Sol

Região de Saúde Sudoeste: Samambaia, Taguatinga, Recanto das Emas, Vicente Pires, Águas Claras e Arniqueira

Região de Saúde Sul: Gama e Santa Maria

Região de Saúde Leste: Paranoá, Itapoã, São Sebastião e Jardim Botânico

Dados da Secretaria de Saúde do Distrito Federal atualizados até 22 de janeiro de 2021

Equipe de Guedes quer novo programa social dentro do teto

Thiago Resende, Bernardo Caram, Gustavo Uribe e Renato Machado - brasília

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) defende que, diante da pressão para prorrogar o auxílio emergencial neste ano, o governo apresente uma proposta de ampliação da assistência social de maneira permanente, como a criação de um novo programa social que incorpore o Bolsa Família.

O plano de expandir o programa social não é novo, mas assessores presidenciais e deputados governistas também dizem acreditar que essa solução poderá conter as cobranças de renovar o auxílio emergencial e alavancara popularidade do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que sofreu queda com o fim do benefício.

O mais importante para a equipe econômica é responder com uma medida que fique dentro do Orçamento -sem a necessidade de criar um mecanismo excepcional pelo segundo ano consecutivo- e preservando o teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas.

"A palavra é emergencial. O que que é emergencial? Não é duradouro. Não é vitalício. Não é aposentadoria. Lamento, tem muita gente passando necessidade, mas a nossa capacidade de endividamento está no limite", disse Bolsonaro a apoiadores nesta segunda-feira (25).

A ideia é ampliara cobertura social a partir do aumento da verba do Bolsa Família, que pode novamente ser renomeado de Renda Brasil. Em janeiro, logo após o fim do auxílio emergencial, o programa passou a atender menos famílias que no ano passado.

Para isso, apostam em convencer o presidente sobre a necessidade de revisar gastos sociais, apesar de ele já ter vetado sugestões nesse sentido feitas por Guedes, como mudanças nas regras do abono salarial -espécie de 14° salário pago a trabalhadores com carteira assinada e renda de até dois salários mínimos (R$ 2.200) por mês.

A saída, na avaliação de técnicos do governo, é cortar gastos para injetar mais verba ao Bolsa Família.

Por isso, num cenário ideal para o Ministério da Economia, o novo programa social seria inclusive vinculado à PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que está parada desde o fim de 2019 e prevê medidas de redução de despesas obrigatórias em momentos de aperto nas contas públicas.

A mudança do programa social, segundo assessores presidenciais, é avaliada desde o fim do ano passado pela Casa Civil, que, a pedido do presidente, avalia maneiras de evitar que sejam perdidos os benefícios gerados pelo auxílio emergencial.

A avaliação no Palácio do Planalto é a mesma de Guedes: o novo programa não pode romper o teto de gastos.

O tamanho dessa ampliação do Bolsa Família depende, porém, dos acordos políticos e até mesmo do resultado da eleição na Câmara e no Se -nado, que vai escolher os respectivos presidentes para os próximos dois anos.

Isso porque mexer com benefícios sociais, como o abono salarial, e aprovar a PEC Emergencial, que pode reduzir a remuneração de **servidores públicos**, representa um desgaste político muito maior que recriar o auxílio emergencial num formato temporário, como foi feito em 2020, que retirou amarras orçamentárias.

A volta do auxílio emergencial ou a urgência de medidas de impacto na área social em 2021 é unanimidade entre os principais concorrentes ao comando do Congresso -governistas ou adversários deles, como o deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e a senadora Simone Tebet(MDB-MS).

Candidato do governo à presidência da Câmara, o deputado Arthur Lira (PP-AL) está em linha com Guedes. Ele defende a sustentação do teto de gastos e o corte no abono salarial para bancar o novo Bolsa Família.

Em conversa com aliados, pondera que só é possível um programa robusto com a aprovação da PEC Emergencial.

"Não vejo nenhuma hipótese de ter mais um ano de prorrogação da PEC da Guerra [que livra o governo de cumprir normas fiscais no ano]", disse o líder do

centrão nesta segunda, à imprensa.

"Nós temos dentro do Orçamento inúmeras situações que precisam ser revistas." No Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), apoiado por Bolsonaro para ocupar a presidência da Casa, chegou a admitira possibilidade de o auxilio emergencial ser pago sema limitação do teto de gastos em 2021 Isso contraria Guedes, que quer evitar um aumento da dívida pública do país.

Articuladores do Palácio do Planalto no Congresso já preveem aumento da pressão por mais transferência de renda aos mais pobres, mas afirmam que, apesar da declaração de Pacheco, os candidatos do governo, se eleitos, vão seguir a cartilha de Guedes.

A estratégia, portanto, tem sido reforçar o compromisso do governo com o controle de despesas públicas, apesar do aumento no número de casos e mortes por Covid-19 e da retomada de medidas de distanciamento social.

Sem travas orçamentárias, o auxílio foi pago a quase 68 milhões de pessoas em 2020.

Foram R$ 300 bilhões repassados a famílias, principalmente de trabalhadores informais, autônomos, micro-empreendedores individuais (MEIs) e desempregados.

Se a pandemia continuar a se agravar, integrantes do Ministério da Economia dizem que a prorrogação do benefício será inevitável.

Nesse caso, o plano é preparar um programa temporário mais enxuto, atendendo a quem for atingido pelas restrições impostas pelo coronavírus em 2021, que ainda são mais brandas que no ano passado.

Com queda na oferta de mercadorias, o auxílio injetou muito dinheiro na economia, especialmente em cidades de menor renda, e isso acabou gerando um repique da **inflação**.

Por isso, antes de ceder a uma nova rodada do auxílio emergencial, o Ministério da Economia prepara outras medidas, como mais um saque emergencial do FGTS, antecipações do 13° benefício de aposentados e do abono salarial Na estratégia de apresentar um programa social permanente, financiado com corte de despesas, a principal tesourada já avaliada pelo time de Guedes foi no abono salarial. Mas, mesmo após eventual extinção, o benefício só deve deixar de ser pago em 2022 -a verba atual já está prometida para trabalhadores que tiveram carteira assinada em 2019.

A proposta vista como mais viável é o formato já aprovado por maioria dos deputados, na reforma da Previdência, que limitaria o abono a trabalhadores formais com renda de até aproximadamente 1,4 salário mínimo (R$ 1.540). Assim, menos pessoas receberiam o benefício.

Uma medida de impacto orçamentário direto para o novo Bolsa Família seria, portanto, principalmente via PEC Emergencial, que sofre resistência no Congresso e enfrenta o lobby do funcionalismo público, um dos mais fortes do Legislativo, pois a proposta prevê redução de jornada e de salários para a categoria.

"A palavra é emergencial. O que que é emergencial? Não é duradouro. Não é vitalício. Não é aposentadoria. Lamento, tem muita gente passando necessidade, mas a nossa capacidade de endividamento está no limite" Jair Bolsonaro a apoiadores, nesta segunda-feira (25), ao responder sobre a possibilidade de renovar o auxílio emergencial

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49418

"O establishment não quer as privatizações"

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O empresário Salim Mattar, que deixou o cargo de secretário responsável pela condução das privatizações no Ministério da Economia, diz que a saída de Wilson Ferreira Júnior da Eletrobrás é mais uma amostra de que o establishment (Executivo, Legislativo e Judiciário) trabalha contra a redução do "gigantismo" do Estado. Na visão dele, a sociedade está "consternada" com a não privatização da Eletrobrás, o que vai obrigar que o tema seja discutido no Congresso, independentemente de quem vencer as eleições para os comandos do Senado e da Câmara. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

l Como o sr. avalia a saída do presidente da Eletrobrás?

O Wilson (Ferreira Júnior) é um profissional muito competente e tinha como objetivo em sua carreira profissional conduzir o processo de capitalização da Eletrobrás que seria a sua respectiva privatização.

Ele trabalhou duro durante todo esse tempo. E existia, sim, no passado, uma perspectiva.

Da mesma forma, quando eu vi que o processo de privatização estava fora do radar do governo, Legislativo e Judiciário, eu preferi deixar o governo. O que aconteceu com o Wilson é a mesma coisa. Ele pressentiu tendo em vista a declaração do Pacheco (candidato apoiado pelo Palácio do Planalto ao comando do Senado, Rodrigo Pacheco disse ao Estadão/Broadcast que a privatização da Eletrobrás não é prioridade caso seja eleito) que não acontecerá a privatização da Eletrobrás. Mas não pode culpar o Executivo pela não privatização.

A privatização está nas mãos e depende da caneta do Congresso.

l Por que depende só do Congresso já que há autoridades no Executivo que não querem apoiar a privatização?

Tem um projeto de lei caminhando no Congresso. Se ele caminhar e privatizar, o Executivo não pode fazer nada. Está na mão do Congresso. A responsabilidade de privatização da Eletrobrás é única e exclusiva do Congresso.

l De que forma a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado prejudica a privatização da Eletrobrás?

Neste momento em que está acontecendo eleições, objetivando maioria de votos, buscaram o apoio da esquerda. E falando em política, claro que há uma contrapartida. Dizem que uma das contrapartidas seria a não realização de privatizações.

Comenta-se muito no mercado, mas não posso afirmar que seja verdade. A responsabilidade de privatizar ou não é única e exclusiva do Congresso.

l O presidente Bolsonaro que está apoiando Pacheco não tem responsabilidade também sobre a decisão?

Aí, não sei o que eles combinaram.

É uma coisa que não posso afirmar. Mas reafirmo que a responsabilidade de privatizar ou não é do Congresso. O establishment não quer privatizações.

Tudo é motivo para não privatizar. E establishment, vamos deixar bem claro, que é o Executivo, Legislativo e Judiciário, mais os oportunistas de momento. Podem ser sindicatos, pode ser imprensa, falsos empresários atrás de CNPJ. O modus pensante de 35 anos de social-democracia é manter o Estado grande, gigantesco. Onde já se viu o Estado entrar em meios de produção, fornecendo energia elétrica, produzir pólvora. É um atraso total.

l A pauta liberal do governo fica enfraquecida já que as privatizações são ponto central nessa agenda?

O establishment se assustou com a pauta liberal. Lenta e gradualmente foram se opondo à pauta liberal.

l Essa pauta acabou no governo Bolsonaro?

Não, ela ainda existe na cabeça do ministro Paulo Guedes.

Existe, sim, a possibilidade (de avançar). Existem congressistas que são mais cuidadosos com a causa pública e entendem que alguns projetos têm de passar para resolver os problemas do País. A pauta liberal como um todo, não morreu.

Muitos congressistas sabem da importância, por exemplo, da reforma administrativa (propõe reformular o RH do Estado, com novas regras para contratação, promoção e demissão de **servidores públicos**). O establishment trabalhou muito bem e ficou uma reforma muito fraca porque muitas coisas como estabilidade de emprego e redução de remuneração só daqui a 35 anos que vai funcionar.

O establishment conseguiu se salvar e a sociedade brasileira precisa saber disso.

l Qual a recomendação que o sr.

daria para o ministro Guedes?

Ele está prestando um favor ao Brasil enquanto está lá. Pode estar certo que a gente não sabe o quanto de coisas erradas que ele não permitiu que fizessem. Às vezes, ele está sendo julgado por algumas coisas, é difícil fazer esse julgamento.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

OAB critica "desprezo" por 217 mil mortos

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, classificou o discurso em que o novo presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Carlos Eduardo Contar, defendeu que **servidores públicos** retornem ao trabalho, "pondo fim à esquizofrenia e palhaçada midiática fúnebre", como uma "demonstração de desprezo" às mais de 217 mil pessoas que morreram em razão da covid-19. Segundo Santa Cruz, o desembargador incitou o desrespeito a medidas de contenção do vírus, cometendo atentado contra a inviolabilidade do direito à vida, garantia fundamental da Constituição, e agrediu a imprensa em seu dever de informar a população. "A OAB aguarda a análise da conduta do desembargador pelos órgãos de controle do Judiciário", disse Santa Cruz, em nota.

A manifestação do presidente da OAB se dá em reação ao discurso que Contar fez em solenidade realizada em Campo Grande, capital do Estado. A Corte esperava que cerca de 300 pessoas comparecessem ao local. O evento ainda foi transmitido ao vivo na página do tribunal no YouTube.

Na ocasião, o desembargador atacou também quem defende o isolamento social em meio à pandemia. Segundo a OAB, o pronunciamento "ofende os brasileiros e contribui para conduzir o país a um maior número de mortes pela pandemia do novo coronavírus".

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/edicao-c336346c777707e09cab2a3c79174d90.pdf

Guedes apela ao Congresso: "limpe a pauta"

Em meio aos ruídos sobre a renúncia do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu que o Congresso Nacional "limpe a pauta" e acelere as privatizações neste ano para garantir a retomada sustentada da economia brasileira.

Guedes não comentou diretamente a renúncia de Ferreira Junior, mas voltou a dizer, ontem, que é preciso acelerar a pauta de reformas, a agenda de privatizações e a aprovação de novos marcos regulatórios para garantir a recuperação da economia brasileira. "Vamos limpar a pauta. Está lá todo o destravamento da nossa retomada", afirmou. O ministro reconheceu que foi preciso mudar a ordem de prioridades no ano passado, por conta da pandemia de covid-19, mas reclamou que há pautas importantes paradas tanto na Câmara, quanto no Senado.

Em outras ocasiões, Guedes já creditou ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a paralisia das privatizações e da **reforma tributária**. Diante da perspectiva de mudança no comando da Câmara e do Senado, e por entender que "o Congresso é reformista", Guedes disse que espera a retomada da agenda de reformas tão logo o Congresso retome os trabalhos legislativos.

Assim como o presidente da Eletrobras, o ministro já demonstrou frustração com o ritmo lento das privatizações. A questão também já causou outras baixas na equipe econômica. O então secretário especial de Desestatização e Privatização, Salim Mattar, deixou o governo no ano passado, sem conseguiu tirar nenhuma privatização do papel. Ontem, ele afirmou que a renúncia de Ferreira Junior também se deve a "rumores de que a Eletrobras não será privatizada, devido a acordos com a esquerda para eleição das presidências do Senado e Câmara".

VacinaPaulo Guedes ainda voltou a defender a vacinação em massa, como uma forma de garantir o retorno seguro ao trabalho e a recuperação econômica. Ele assegurou que o governo federal está empenhado em trazer todas as vacinas possíveis para o país.

"Economia e saúde andam juntas. A vacinação em massa é decisiva para o bom desempenho da economia", afirmou Guedes. Ele demonstrou confiança na execução do plano nacional de imunização, dizendo que o país tem logística e capacidade para isso. (MB)

Imposto sobre grandes fortunas: controvérsia e oportunidade (2)

Zulmir BredaPresidente do Conselho Federal de Contabilidade

Trilhões de dólares foram gastos, em 2020, por governos de todo o mundo, com despesas extraordinárias para tentar amenizar os nocivos impactos sobre a atividade econômica provocados pela pandemia da covid-19. Esses esforços governamentais agravaram a situação das finanças públicas, seja do Brasil, seja de inúmeros outros países. Enquanto isso, as fortunas das pessoas mais ricas do planeta dispararam no ano passado. Essa realidade trouxe ao debate uma questão polêmica: a cobrança do Imposto sobre as Grandes Fortunas (IGF). Esse não é um tema novo, mas, com a piora das contas públicas por causa da pandemia, passou a ser visto como uma tábua de salvação.

No Brasil, com a inviabilidade de o governo conseguir fazer ajuste apenas pelo lado da despesa e, além disso, diante da necessidade de geração de receita fiscal adicional para financiar o deficit orçamentário brasileiro, agravado ainda mais pelo cenário atípico de pandemia, ganhou força a discussão sobre a regulamentação do IGF, previsto na Constituição Federal de 1988, mas ainda dependente de uma lei complementar para implementá-lo. Adicionalmente, também se discute a volta da tributação de dividendos, que existiu, no Brasil, até 1995, mas foi extinta com a alegação de haver bitributação nessa cobrança.

Instituir o IGF significaria cobrar imposto sobre todo o estoque de ativos acumulados por indivíduos super-ricos. À primeira vista, parece fazer sentido, mas esse é um assunto controverso no mundo todo. Há defensores e detratores desse tipo de tributo. Aqueles que defendem o imposto sobre a fortuna argumentam, resumidamente, que o IGF fornece uma solução para amenizar os contínuos deficits orçamentários e alavancar o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos países, ainda contribuindo para atenuar o abismo da desigualdade econômica com a distribuição de renda. Do lado oposto, há argumentos que apontam para os riscos envolvidos com a adoção do IGF, como o de fuga de capital e o de aumento da evasão fiscal. Além disso, alega-se que essa arrecadação não é significativa em relação ao total de receitas tributárias, e que há custos administrativos para a sua fiscalização.

Sempre que o assunto tributação de fortunas volta à mesa, uma carta é lançada: a experiência internacional com esse tipo de cobrança não tem sido positiva. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que, dos seus 37 países membros, 12 instituíram a cobrança do imposto sobre fortunas: Áustria, Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Suécia e Suíça. Desses, em 2020, apenas Espanha, Noruega e Suíça mantinham o tributo - com alíquotas nominais progressivas e incidentes sobre as fortunas líquidas de pessoas físicas. Esses dados da OCDE, analisados em relatório elaborado pelo Insper, mostram que, nos países em que o imposto foi extinto, havia preocupações quanto à eficiência arrecadatória e aos custos administrativos ante as receitas geradas.

No Brasil, tem havido reiterados esforços no sentido de implementar o IGF desde a promulgação da vigente Carta Magna. Vários projetos de lei - estima-se que mais de 30 - buscaram regulamentar o art. 153, inciso VII, da Constituição de 1988 e instituir a cobrança. Entre os mais recentes PLs que tramitam no Senado Federal estão o PLP 38/2020, de autoria do senador Reguffe (DF), e o PLP 50/2020, da senadora Eliziane Gama (MA).

A crise causada pela pandemia atingiu o mundo de forma generalizada. No Brasil, entretanto, o aumento da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) cresceu acima da média. Dados do Relatório de Riscos Fiscais da União, divulgado em novembro pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), apontam que a DBGG representaria 94,4% do **PIB** ao final de 2020, o que significa um crescimento de 18,6 pontos percentuais em relação a 2019. A média da dívida bruta dos países, no ano passado, foi de 73,4% do **PIB**.

A difícil situação das contas públicas e da economia em geral, enfrentada em 2020, permanece este ano, com a pandemia sem previsão de data para acabar. Ante esse enorme desafio, contamos com respostas à altura por parte do Legislativo e do Executivo. Como membros da sociedade civil organizada, fazemos questão de contribuir com a **reforma tributária** e com todos os debates que busquem a justiça fiscal e, especialmente, a social.

Vacinação em massa é 'decisiva', afirma Guedes

Eduardo Rodrigues Fabrício de Castro / BRASÍLIA

Na sua primeira manifestação pública desde o início do ano, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu ontem a vacinação em massa da população contra a covid-19, o que, segundo ele, vai garantir o retorno seguro ao trabalho. Ele elogiou o trabalho feito pelo governo até aqui e, sem citar nomes, ainda atacou quem "sobe em cadáveres para fazer política".

Nas últimas semanas, o governo federal tem sido alvo de críticas pela condução do programa contra a doença, puxadas principalmente pelo governador de São Paulo, João Doria. Também aumentou a pressão pelo impeachment do presidente Jair Bolsonaro.

Atualmente, há 56 pedidos de destituição de Bolsonaro pendentes de análise na Câmara.

Dois deles foram apresentados neste mês e ao menos mais um deve ser protocolado hoje por partidos de oposição.

"A vacinação em massa é decisiva e um fator crítico de sucesso para o bom desempenho da economia logo à frente", disse o ministro, durante a apresentação dos resultados da arrecadação federal em 2020. "Um recado que eu deixaria é: primeiro a vacinação em massa. Estamos no País de Oswaldo Cruz (cientista, médico, bacteriologista, epidemiologista e sanitarista brasileiro pioneiro no estudo das moléstias tropicais e da medicina experimental no Brasil). Parabéns à Fiocruz, parabéns ao Butantan, parabéns à Anvisa, às Forças Armadas que ajudam na logística da distribuição. E parabéns com louvor aos profissionais de saúde que estão à frente nessa guerra contra a pandemia." Guedes elevou o tom contra os críticos do governo, sem citar nominalmente o governador de São Paulo. "Tem muita gente subindo em cadáveres para fazer política e isso não é bom. A população e os eleitores vão saber diferenciar isso lá na frente. Digo isso para quem estiver assumindo.

Estamos em uma situação extraordinariamente difícil e sempre houve essa perspectiva de que a saúde e a economia andam juntas", completou.

Doria lançou campanha de vacinação no último dia 17 com a Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan e a farmacêutica chinesa Sinovac, enquanto o governo brasileiro ainda trabalhava para importar doses da vacina produzida por Oxford/AstraZeneca.

"A logística de distribuição começou. Acredito e aposto em todos que colaboram com a vacinação.

Espero que todos auxiliem esse processo. Temos logística e capacidade para isso.

Estamos comprando todas as vacinas e é possível que o Brasil surpreenda de novo favoravelmente se conseguirmos derrubar a taxa de mortalidade", disse Guedes. O ministro lembrou que, da população do País, entre 10% e 15% são idosos e mais vulneráveis à covid-19. "O Brasil está tentando comprar realmente todas as vacinas. A crítica de que teríamos ficado com uma vacina só simplesmente não cabe. Estamos tentando adquirir todas, sou testemunha do esforço logístico que está sendo feito", acrescentou.

'Limpar a pauta'. O ministro também cobrou que as pautas de votação no Congresso sejam destravadas. "Uma série de medidas que foram aprovadas pelo Senado estão paradas na Câmara dos Deputados. E uma série de medidas que foram aprovadas na Câmara estão paradas no Senado. Então, é preciso limpar a pauta logo na volta do Congresso, destravando o horizonte de investimentos. Isso é crítico e está na nossa frente." Mais uma vez, Guedes prometeu que o governo não vai aumentar **impostos** - embora, como o Estadão noticiou, o próprio ministro aguarda o resultado da eleição para o comando no Congresso para tentar reapresentar proposta de criação de tributo nos moldes da antiga CPMF. "Houve uma tentativa de aumento de **impostos** em São Paulo. Nós não aprovamos.

Uma das razões para atrasarmos a **reforma tributária** é não concordarmos com aumento de **impostos**.

Queremos simplificar e reduzir **impostos** e essa pauta foi travada. Esperamos retomar essa agenda porque o Congresso é reformista."

Advertência

"A vacinação em massa é decisiva e um fator crítico de sucesso para o bom desempenho da economia logo à frente."

Paulo Guedes MINISTRO DA ECONOMIA

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Estado prevê reforma tributária para reativar economia

André Coelho

O governo vai enviar à Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) um projeto de lei para simplificar a legislação tributaria, que vai reunir quase300 leis em um único texto e assim facilitar a gestão de negócios no estado. O anúncio foi feito pelo governador em exercício Cláudio Castro durante o lançamento do movimento "Rio de Mãos Dadas", uma iniciativa da Fecomércio com o objetivo de unir poder público e o setor privado em ações que fomentem a economia fluminense.

Além de Castro, também participaram do encontro virtual, na manhã de ontem, o prefeito Eduardo Paes; o presidente da Fecomércio-RJ, Antônio Queiroz, organizador do movimento: o presidente do Sindicato de Bares e Restaurantes do Rio (SindRio), Fernando Blower; e o diretor do Fairmont Ria Michael Nagy. O debate foi mediado pela jornalista Miriam Leitão e transmitido nas redes sociais dos jornais O GLOBO e Extra.

Castro disse que o projeto de consolidação de leis tributárias chegará ao parlamento estadual em fevereiro.

- Hoje é impossível. Com 300 leis sobre incentivos e alíquotas, as empresas têm que ter uma estrutura tributária absurda -afirmou Castro.

MUDANÇA POSITIVA

A simplificação da legislação foi uma das demandas do presidente da Fecomércio-RJ.

- Hoje, o pequeno empresário e as empresas como um todo têm uma estrutura enorme de back office para controlar essa parte tributária e cumprir as obrigações -disse, acrescentando que hoje o comércio é responsável por quase 70% do P1B do Rio, com 1,4 milhão de trabalhadores.

Já Blower destacou que é fundamental desburocratizar e apoiar comerciantes. Segundo ele, 2 5% dos estabelecimentos fecharam as portas em definitivo no Rio, e40% dos bares e restaurantes do país acumulam dívidas tributárias;

- O nosso setor só deve retomar os patamares pré-crise em 2022.

Para o prefeito Eduardo Paes, com a união promovida pelo movimenta a mudança positiva "virá muito rápido*".

Site: https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

As pedras no caminho para 2022 - ANDREA JUBÉ

Andréa Jubé

A medida que se aproximam "o dia D e a hora H" da eleição para as Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, fica claro como o espelho d'água do Congresso o vínculo entre a disputa no Legislativo e a sucessão presidencial.

O empecilho ao sucesso dessas articulações temporãs é a pedra no meio do caminho, para usar uma metáfora de Drummond. Atiraram a pedra no espelho d'água, e agora a turbulência pode afundar o barco das alianças para 2022, num cenário em que PP, DEM, PSDB e MDB querem ser os timoneiros.

O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), já expressou o apoio à reeleição de Jair Bolsonaro em uma coligação precoce que agrega o PL de Valdemar Costa Neto. O enlace é o pano de fundo do apoio do Palácio do Planalto à candidatura do líder do PP, Arthur Lira (AL), à presidência da Câmara.

Nogueira armou-se até os dentes para eleger Lira, enquanto em paralelo blinda Bolsonaro de um hoje remoto avanço do impeachment.

No último domingo, Nogueira, que não é ativo nas redes sociais, foi ao Twitter para interferir em um debate entre Lira e Baleia Rossi (MDB-SP) sobre a disposição do vencedor da eleição em pautar o impeachment.

Lira acusa Baleia de prometer ao PT a abertura do processo, se for eleito. E o emedebista questiona Lira quanto a um eventual compromisso com o Planalto de engavetá-lo.

"Seria bom que o candidato Baleia Rossi afastasse mais uma das inúmeras dúvidas que o cercam: existe de fato um compromisso dele em pautar um pedido de impeachment, ou ele pode chamar isso claramente de mentira da Gleisi [Hoffmann], presidente do PT?", cobrou Nogueira, advogando para Bolsonaro.

No campo adversário, no entorno do governador de São Paulo, João Doria - pré-candidato do PSDB à sucessão de Bolsonaro- a percepção é que prioridade máxima agora é arregaçaras mangas para eleger Baleia. O projeto de Doria contempla uma coligação de apoio à sua candidatura liderada por DEM e MDB.

Para aliados de Doria, a eleição de Lira ampliaria exponencialmente a influência cie Bolsonaro no Legislativo, com hegemonia das pautas de seu interesse nas duas Casas. Nessa contabilidade, o Senado já aparece comprometido com o Planalto sob Davi Alcolumbre (DEM-AP). E assim permaneceria sob Rodrigo Pacheco (DEM-MG) - se o favoritismo do mineiro se confirmar.

Na Câmara sob Lira, a **reforma tributária**, bandeira do MDB, DEM e PSDB, perderia o protagonismo para outras pautas anunciadas pelo progressista, como a PEC Emergencial e a reforma administrativa.

Além disso, o comando da Câmara é estratégico pela atribuição pela abertura cio impeachment. Ainda que o julgamento ocorra no Senado, na verdade, se os deputados afastarem o presidente cio cargo, dificilmente ele reassume a cadeira.

É nessa conjuntura que a eventual vitória de Baleia Rossi aquece as articulações pela consolidação de um bloco que reúna PSDB, DEM e MDB em 2022.0 MDB se comprometeria a não lançar candidatura própria. Em troca, teria o respaldo de DEM e PSDB à recondução do emedebista à presidência cia Câmara.

A pedra-quiçá, paralelepípedo - no caminho desses planos é o racha interno no DEM e no PSDB. Por causa dessa divisão, as duas bancadas despontam como fiéis da balança na disputa pelo comando da Câmara. Estimam-se 20 votos de dissidentes para lá, ou para cá.

A depender da destinação desses apoiamentos, o embate pode ir para o segundo turno.

Ontem os times de Baleia e Lira celebraram vitórias relevantes. Baleia comemorou o compromisso da bancada petista de entregar todos os 57 votos, zerando a dissidência concentrada nos paulistas.

Mas a festa do líder do PP teve gosto de fel para o grupo de Baleia e de seu maior cabo eleitoral, o presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Ontem Lira foi recebido em Salvador (BA) pelo presidente do DEM, ACM Neto, expondo um racha na cúpula partidária. Segundo apuração dos repórteres

Site: https://valor.globo.com/impresso

Raphael di Cunto e Marcelo Ribeiro, seis deputados baianos declararam apoio a Lira: cinco do DEM e um do PSDB.

Essa agenda implica, em contrapartida, os sete votos do PP no Senado no candidato do DEM, Rodrigo Pacheco.

A leitura desse movimento nos bastidores é de que ACM Neto investiu todas as fichas na eleição do Senado, para garantir a permanência do comando do Senado na cota do DEM.

É nesse contexto que as planilhas dos grupos de Baleia e Lira se debruçam com atenção redobrada sobre os votos do DEM e PSDB. No time de Lira, a expectativa ontem era de 19 defecções a seu favor dos 33 deputados tucanos. Na planilha de Baleia, as traições no PSDB não passam de dez.

No DEM, o time de Lira contabiliza 22 deputados com ele, cios 32 da bancada de Rodrigo Maia. Em contrapartida, Maia e Baleia somam 29 votos cio DEM, com quatro dissidentes.

Essa divisão conturba os planos para 2022, porque um grupo de deputados tucanos que apoia Lira prefere o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), em um projeto presidencial - na cabeça de chapa, ou como vice em uma chapa competitiva.

Doria, revigorado pela entrega da CoronaVac, mesmo assim, tem praticamente uma avalanche no caminho do projeto. Além do racha no próprio partido, há o projeto de poder do DEM.

Com três governadores, o partido de ACM Neto e Rodrigo Maia foi o que mais cresceu na eleição municipal entre os seis maiores (MDB, PP, PSD, PSDB, PT e PSL), e elegeu prefeitos de quatro capitais. Por isso, o DEM resiste a repetir o papel de vice do PSDB, e articula uma candidatura própria.

O plano A do DEM é filiar Luciano Huck. Se não prosperar, há o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta no radar, em uma aliança que reuniria MDB, Podemos e Cidadania.

Mas a pedra no caminho do DEM é o projeto de eleger o atual vice-governador Rodrigo Garcia como sucessor de Doria em 2022 - hoje, a prioridade zero de ACM Neto. Uma articulação que pode degringolar se não contar com o apoio de Doria a Garcia.

Andréa Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras E-mail anclrea.jube@valor.com.br

Gestão Bolsonaro vira remake do governo Temer

Josias de Souza

Na administração da pandemia, Jair Bolsonaro fez uma opção preferencial pelo risco. Em vez de governar o coronavírus , deixou-se governar por ele. Acumularam-se nas gavetas da presidência da Câmara seis dezenas de pedidos de impeachment. Mas o futuro de Bolsonaro parece mais próximo de uma agonia à moda de Michel **Temer** do que de um desfecho à Dilma Rousseff.

Em qualquer hipótese, o capitão distancia-se aceleradamente daquela ficção que recebeu 58 milhões de votos em 2018 prometendo um governo liberal na economia e limpinho na política. O liberalismo era de vidro e se quebrou. O asseio foi terceirizado ao centrão.

Paulo Guedes repetiu que, neste terceiro ano de governo, o grande desafio é a vacinação em massa. Reafirmou que a vacinação em grande escala é decisiva para o bom desempenho da economia . Quem ouve o ministro da Economia e olha ao redor percebe que o Brasil flerta com a decepção.

A quantidade de vacinas não orna com o crescimento do número de mortos por Covid. Não há mais auxílio emergencial . A tragédia de Manaus, onde os doentes morrem asfixiados pela inépcia dos governos federal e estadual, desperta no resto do país a síndrome do que está por vir.

Com a popularidade em baixa, Bolsonaro imprime suas digitais na disputa pelas presidências da Câmara e do Senado. O tamanho das crises sanitária e econômica recomendaria o apreço por uma pauta de reformas. Mas não é pelas reformas que Bolsonaro se articula com o centrão. Pelo contrário, busca uma maioria viciada, capaz de assegurar a blindagem pessoal e a conclusão do mandato. O vírus está para Bolsonaro assim como o grampo do Jaburu esteve para **Temer**.

Antes do diálogo vadio que manteve com o delator Joesley Batista, da JBS, **Temer** planejava completar a agenda de reformas, aprovando a mexida na **Previdência Social**. Depois do grampo, **Temer** passou a comprar apoio legislativo para se manter no cargo, não para destravar reformas. Barrou um par de denúncias criminais. Mas mandou a agenda reformista para as cucuias, condenando a economia brasileira a taxas de crescimento anual mixurucas: 1,1%.

Sob Bolsonaro, aprovou-se a reforma da Previdência que **Temer** não conseguira tirar do papel. E ficou nisso. Em 2019, entregou-se um pibinho de 1,4%. Em 2020, o Brasil ralou a recessão da pandemia. Em 2021, às voltas com um processo de vacinação que se arrastará até o final do ano, é grande o risco de uma nova decepção.

Nem sinal de **reforma tributária**. Nada de reforma administrativa. Privatizações? Nem pensar. Trama-se, no máximo, a aprovação de um remendo fiscal que abra espaço para a criação de um programa de renda mínima. Algo que salve Bolsonaro da impopularidade.

O capitão chegou à Presidência porque a Lava Jato alvejou o pacto oligárquico que levou o assalto aos cofres do Estado ao estágio do escárnio nos governos do PT. Bolsonaro recompõe com método a aliança tradicional do Planalto com o atraso. Esse tipo de arranjo pode salvar mandatos, não o país.

Na disputa pelo comando das duas Casas do Congresso, líderes do centrão compram apoios usando, por assim dizer, seus próprios cartões de crédito. Bolsonaro terá de pagar as faturas com o déficit público. O presidente está lidando com a mesma turma que mandou Dilma para casa e manteve **Temer** no trono. Já distribui cofres de segundo e terceiro escalão. Logo entregará ministérios. Transforma seu governo numa espécie de remake da gestão **Temer**.

Site: https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2021/01/26/gestao-bolsonaro-vira-remake-do-governo-temer.htm

Padrão estético que até mata (2)

ADRIANA IZELadrianaizel.df@dabr.com.br

A morte da influenciadora digital Liliane Amorim, de 26 anos, por complicações de uma lipoaspiração, colocou de volta aos holofotes um tema importante, que tem se tornado alvo de debate: a banalização das cirurgias plásticas nas redes sociais.

O Brasil é, hoje, o país em que mais se realiza procedimentos estéticos no mundo, segundo os dados da Sociedade Internacional da Cirurgia Plástica Estética (ISAPS). Em 2018, foi registrado mais de 1,498 milhão de cirurgias plásticas no paísl, além de mais de 969 mil intervenções não cirúrgicas.

Desde o ano passado, as mídias sociais exibem publicações sobre procedimentos estéticos, desde os mais invasivos, como a "queridinha" do momento Lipo HD ou LAD, aos menos, como a harmonização facial.

Essa onda em torno de intervenções estéticas reforça a busca por um ideal de beleza impossível de ser conquistado e que tem sido disseminado em plataformas, como o Instagram, em que todos estão sempre bonitos e felizes, com fotos e vídeos repletos de filtros, num nível de perfeição inatingível, mas vendido como algo fácil e necessário. O caso de Liliane expõe os perigos da lipoaspiração. Em menos de uma semana após a cirurgia, a influencer voltou ao hospital com dores abdominais e dias depois deu entrada na UTI. Até que, no último domingo, acabou não resistindo e morreu.

A morte chocou e trouxe relatos como o da influenciadora Thaynara OG que revelou ter passado uma semana na UTI após uma lipo e que a fez ter crises de ansiedade. Outro é o da influenciadora Alexandra Gurgel que fez uma lipoescultura, aos 23 anos, gerando fibrose e várias dores pelo corpo. Meses depois do procedimento, ela tentou suicídio. Em todos esses casos, há um fator em comum: a busca por seguir uma pressão social de ter um corpo dentro dos padrões estéticos **impostos**.

Na semana passada, o Correio publicou a reportagem "Respeito ao corpo", em que se debatia a necessidade do entendimento de que há diversos tipos de corpos e que a gente precisa saber aceitar isso. São pessoas cada vez mais jovens em busca de plásticas que acarretam outros problemas - basta lembrar os relatos da "doença do silicone", em que algumas mulheres passaram a ter sintomas inexplicáveis e sérios após a colocação de implantes. Há ainda o dano psicológico da não aceitação e do ódio ao próprio corpo. Sem falar em casos tristes, como o de Liliane, em que a própria vida é perdida.

Apesar da vacina, tropeços recentes de Doria afligem tucanos para eleição de 22

Carolina Linhares - são paulo

A recente vitória política sobre o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na queda de braço das vacinas fortaleceu no PSDB o plano do governador João Doria de disputar a Presidência da República. Também desviou o foco da série de reveses do tucano nas últimas semanas - de uma viagem a Miami a desentendimentos com prefeitos,passando por aumento na tributação e corte de verbas.

Apesar de minimizados por aliados diante do êxito da Coronavac, os recentes erros e tropeços do governador estão no radar dos tucanos e podem cobrar seu preço em 2022.

Se a vacina do Butantan é um ativo de longo prazo de Doria, setores afetados por seu ajuste fiscal também prometem não esquecer tão cedo o aumento no ICMS.

Coma justificativa de equilibrar o caixa na crise econômica provocada pela Covid-19, o governo Doria comprou briga com setores produtivos ao cortar benefícios fiscais.

Pressionado, voltou atrás em relação a alimentos e medicamentos genéricos, mas ainda trava batalha, inclusive na Justiça, com agronegócio, hospitais, farmacêuticas e revendedores de automóveis, entre outros.

Outros dois recuos expuseram a gestão. O governador teve que repor o corte de R$ 454 milhões na verba da Fapesp (fundação de apoio a pesquisas) e pediu desculpas pela viagem aos EUA em meio à pandemia, após voltar às pressas. As ações não caíram bem para um político que adotou a defesa da ciência e do isolamento social.

Doria comprou briga com idosos pela retirada da gratuidade no metrô para quem tem de 60 a 64 anos, com prefeitos pela fase vermelha decretada no fim do ano e com pessoas com deficiência pelo corte nas isenções de IPVA - insatisfação revelada pela senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) em entrevista à Folha.

O governador também foi alvo de protestos neste mês. Produtores rurais fizeram trator aço contra a cobrança de ICMS em insumos em dezenas de cidades do interior, e a doação de cestas básicas na Ceagesp, reduto bolsonarista, também virou palco de protesto contra a tributação.

Comerciantes de automóveis também saíram em carreata contra Doria. O setor diz que há 300 mil empregos ameaçados.

Apesar dos reveses, a avaliação geral, mesmo entre opositores de Doria, é que o saldo político é positivo para o governador. Ou seja, ficou claro para a população que o governo federal está a reboque do tucano na vacinação.

Auxiliares afirmam que a vacina possibilitou a nacionalização do governador. Na semana passada, Doria fez uma série de viagens ao interior para acompanhar a vacinação, o que ajuda a resgatar sua aprovação entre os paulistas.

Se a eleição municipal de 2020 deixou claro seu desgaste político, com baixos índices de aprovação na capital, Doria viu seu índice de popularidade digital subir 20 pontos após a estreia da Coronavac e bateu recorde de menções no Twitter, 85% positivas.

Segundo a mais recente pesquisa Datafolha, para 46% dos brasileiros Doria fez mais contra a pandemia do que Bolsonaro. Já 28% apontam o presidente como mais empenhado na tarefa do que o tucano.

Mesmo em relação à vacina, porém, Doria foi fustigado. A estratégia de comunicação no anúncio de sua eficácia foi vista como errática por dar munição a negacionistas.

Quem tem postura crítica em relação ao governador - seja entre tucanos, bolsonaristas e na esquerda- conseguiu verno episódio não só o fiasco para o governo federal, mas também a coroação da imagem de marqueteiro e vaidoso que Doria já possui.

Políticos afirmam que Doria ganhou fôlego, mas preevem desgastes futuros com o ajuste fiscal, sobretudo por atingir o agronegócio, que compõe a base tucana em São Paulo.

Aliviados com o sucesso da Coronavac, tucanos ouvidos pela Folha relativizam os impasses enfrentados por Doria.

Entre os argumentos a favor do governador, observam que ele soube rever decisões e se desculpar por erros. Defendem o ajuste fiscal como medida necessária, apesar de dura, para que o estado não dentasse de pagar seus servidores.

"O PSDB não tem compro- misso com erro. Se tem atitude errada, nós corrigimos. Mas não tem fórmula pronta para governar", diz Fernando Alfredo, presidente municipal do PSDB em São Paulo.

"A somatória de acertos foi muito maior do que eventuais equívocos", avalia o tesoureiro do PSDB, Cesar Gontijo, para quem Doria é "franco favorito" no partido para a eleição de 2022.

Para os aliados de Doria, o governador se torna alvo por ser transparente e por ouvir o contraponto de setores insatisfeitos. A hora de tomar medidas difíceis em relação à economia e ao isolamento social, dizem, é agora -e o barulho da insatisfação é normal.

A leitura é que, na campanha de 2022, essas reclamações podem vir à tona, mas vai prevalecer na opinião pública a comparação com a atuação de Bolsonaro na pandemia, terreno em que Doria leva vantagem.

Dentro do PSDB, porém, há quem questione o sucesso de Doria e sua pretensão para 2022. Tucanos alertam para o mal-estar gerado com outros estados após a aplicação da vacina antes em São Paulo e afirmam que o governador é visto como oportunista.

Há ainda a visão de que ele está isolado, não tem condições de ser presidente e comete erros políticos evitáveis. O aumento na tributação até de alimentos, avaliam, mostra que Doria não entende o país: pensa com a cabeça de empresário e não tem preocupação social com os pobres que pagam a conta.

A medida enfrenta oposição também dos liberais por permitir aumento no ICMS por decreto. "O real interesse de João Doria sempre foi aumentar **impostos**, ele não está disposto a fazer reformas para reduzir despesas", afirma o deputado estadual Daniel José (Novo).

A insatisfação é clara entre os atingidos pelo ajuste fiscal. Na sexta (15), a Fiesp divulgou nota dura afirmando que Doria descumpriu sua palavra e que seu recuo no ICMS foi tímido "diante da ruinosa tragédia fiscal".

"É dramático que o governo tente impor um plano desses em plena pandemia", afirma a Fiesp, ressaltando que viver e produzir em São Paulo ficará mais caro.

Bartolomeu Braz, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja, afirma que a alta no ICMS no setor agro para vendas entre os estados segue valendo e afirma que o consumidor final será atingido.

Ele se diz decepcionado com Doria, a quem chama de populista, e lembra que a área gera um quarto dos empregos do país.

"Doria chorou na hora da vacina, mas não na hora de aumentar os **impostos**. Pensava que era um estadista, mas está na linha antiga de arrecadar aumentando **tributos**. Ele quer fazer caixa para a campanha. Não vai passar em branco, vamos mostrar a verdade", afirma.

O médico Francisco Balestrin, presidente do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios de São Paulo, afirma que, no momento de pandemia, Doria cometeu um erro e que esperava sensibilidade do governador para não aumentar **impostos** sobre insumos hospitalares. O sindicato obteve liminar na Justiça contra os novos preços.

"Se, por um lado, nosso governador demonstrou que tem um compromisso grande com a saúde, tendo em vista as ações positivas no combate ao coronavírus, por outro lado ele mancha um pouco a reputação quando insiste na majoração dos custos do setor", afirma.

João Inocentini, presidente do Sindicato dos Aposenta -dos, também cobra de Doria e do prefeito paulistano Bruno Covas (PSDB) a restituição da gratuidade do transporte para quem tem mais de 60 anos.

"Foi positivo Doria peitar o governo federal na vacina. Ele faturou muito politicamente, mas não é meu candidato a presidente. Estamos indignados com a atitude em relação aos idosos, ele vai ter que justificar isso muitas vezes, vamos cobrar e vamos cobrar duro", diz.

-

"Doria chorou na hora da vacina, mas não na hora de aumentar os **impostos**. Pensava que era um estadista, mas está na linha antiga de arrecadar aumentando **tributos**. Ele quer fazer caixa para a campanha. Não vai passar em branco, vamos mostrar a verdade" Bartolomeu Braz presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja, sobre alta de ICMS no agro

"Foi positivo Doria peitar o governo federal na vacina. Ele faturou muito politicamente, mas não é meu

candidato a presidente. Estamos indignados com a atitude em relação aos idosos, ele vai ter que justificar isso muitas vezes, vamos cobrar e cobrar duro" João Inocentini presidente do Sindicato dos Aposentados, sobre retirada de gratuidade no metrô

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49418

Pesquisa Focus projeta recuo de 1% no trimestre

Fabio Graner

As expectativas do mercado financeiro para o desempenho da economia brasileira no primeiro trimestre deste ano tiveram significativa deterioração nos últimos dois meses.

Dados coletados pelo Banco Central no âmbito da pesquisa Focus mostram que o ponto médio das projeções de mais de uma centena de economistas passou de praticamente neutralidade para uma queda de 1% para o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro no período cie janeiro a março deste ano. Essa mudança se deu um intervalo de apenas dois meses.

A comparação é com igual trimestre de 2020 e não há estimativa para o desempenho ante os quatro meses finais. A queda projetada de 1 % no trimestre refere-se ao dia 22 de janeiro. O movimento do Focus não passou despercebido pelo governo que, como o Valor mostrou, também já projeta uma queda do **PIB** neste início de ano.

O economista Carlos Lopes, do banco BV, diz que os dados do quarto trimestre que estão saindo indicariam um número melhor, aproveitando um carregamento estatístico da ordem 0,7 ponto porcentual a ser legado pelo período de outubro a dezembro. "Mas o que o mercado está colocando na conta é o avanço da pandemia, que está levando a novos lockdowns, não na mesma intensidade cio início da crise lá em abril, mas a gente está voltando a ter esses movimentos. Por isso, o primeiro trimestre está sendo cada vez mais revisado para pior".

Para a professora de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) Julia Braga, a visão mais negativa do mercado faz sentido com alguns indicadores coincidentes (dados que são um termômetro da atividade econômica), como o índice Cielo (de varejo) e o acompanhamento (tracking) semanal do **PIB** em tempo real feito pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que já mostraria uma perda de fôlego da economia.

"Realmente a gente tem um cenário bastante preocupante. Há dois fatores importantes: o fim do auxílio emergencial e uma certa **inflação**, que não é historicamente alta, mas que teve alta de alimentos e uma difusão do atacado para o varejo. Esses dois fatores juntos reduzem muito a renda das famílias, o que afeta o consumo das famílias, com impacto na demanda agregada", disse.

Para ela, ainda há alguma chance de se reverter ou pelo menos minimizar esse cenário "bastante desafiador", desde que o governo e Congresso reajam a isso, principalmente trabalhando com o Congresso na retomada do auxílio emergencial. Para ela, uma acomodação da atividade seria normal se o país estivesse em outro posição em termos de desempenho econômico, mas com um nível de desemprego tão alto a possível retração da atividade é algo que deve sim ser visto com preocupação.

A equipe econômica tem resistido à ideia de renovar o auxílio emergencial, a não ser que se encontre uma fórmula que consiga colocar o benefício dentro das regras fiscais, principalmente a do teto de gastos. Por outro lado, crescem as pressões na sociedade para que o benefício seja retomado, independentemente do teto.

O chefe do departamento econômico da Confederação Nacional do Comércio (CNC)e ex-diretor do Banco Central, Carlos Thadeu de Freitas, também avalia que o primeiro trimestre dever ter um desempenho mim. "As vendas do comércio começaram a cair em dezembro. Agora as pessoas têm despesas como **impostos**, escolas e saúde mais cara. Além disso, muitos bares, lojas estão fechando mais cedo como em São Paulo, Rio de Janeiro e alguns outros municípios. E os investimentos não estão chegando ainda", disse Freitas, que defende que o governo poderia renovar o programa de emprego, o BEm (Benefício Emergencial).

O economista-chefe do Banco Fibra, Cristiano Oliveira, considera "provável" que a atividade mostre contração no primeiro trimestre. Em sua visão, há neste ano grande risco de insuficiência de demanda agregada, com fraqueza do consumo das famílias e do investimento. "Esse risco, se concretizado, deveria impedir ciclo de aperto monetário, nos próximos meses", diz.

Site: https://valor.globo.com/impresso

Imunização em massa será "decisiva" para economia "voar novamente", diz Guedes

Edna Simão, Mariana Ribeiro

Em sua primeira declaração pública desde que voltou de férias, em meados deste mês, o ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou que a vacinação em massa é "decisiva" e "fator crítico" para o bom desempenho da economia. Para ele, a aceleração do processo permitirá à economia "voar novamente".

"A vacinação em massa vai garantir o retorno seguro ao trabalho. Temos dias melhores à frente", disse Guedes durante a apresentação dos dados da arrecadação do ano passado. O Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, já registra mais de 217 mil mortos pela doença.

Para o ministro, é possível que o Brasil "surpreenda de novo", assim como aconteceu em relação às expectativas de desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2020, se conseguir derrubar a taxa de mortalidade. "Para que a economia possa voar novamente, precisamos acelerar essa vacinação em massa", afirmou.

Em um momento em que analistas econômicos revisam para baixo a previsão de expansão do **PIB** no primeiro trimestre, o ministro reforçou que a retomada da economia está acontecendo em "V", como ele dizia.

Ele defendeu que o governo está tentando adquirir todas as vacinas para combater a pandemia e que ele é testemunha desse esforço. E aproveitou para parabenizar o trabalho da Fiocruz, do Instituto Butantan, das Forças Armadas e dos profissionais de saúde. Sem citar nomes, aproveitou também para fazer uma crítica: "Tem muita gente subindo em cadáver para fazer política, isso não é bom".

Assim como em outros momentos, o ministro destacou a necessidade de aprovação de reformas pelo Congresso Nacional para ajudar na retomada da economia. Na volta do recesso dos parlamentares, haverá a eleição da mesa da Câmara e do Senado e a expectativa de Guedes é que ocorra uma "limpeza da pauta de votação".

Ele disse várias vezes que muitas das pautas do governo, como as privatizações, não andam devido a um acordo do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) com partidos cie esquerda. "Vamos limpar a pauta logo na volta do Congresso", frisou, ressaltando que o governo quer simplificar e reduzir **impostos** e que essa pauta está travada por "interdições". "Queremos retomar", acrescentou.

Na avaliação do ministro, a aprovação cie reformas é o que vai impulsionar os investimentos, contribuindo para uma retomada mais sustentável do crescimento.

Site: https://valor.globo.com/impresso

VALOR ECONÔMICO / SP - OPINIÃO - pág.: A11. Ter, 26 de Janeiro de 2021
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O "grande ajuste" da economia com Biden (2)

Rana Foroohar

""É hora de recompensar o trabalho duro na América - e não a riqueza" Esta declaração do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, talvez seja a expressão mais concisa dos planos de política econômica do novo governo. Biden quer aumentar o salário mínimo nacional, elevar os **impostos** das empresas e começar a fazer pender a balança de poder entre o trabalho e o capital.

A participação do trabalho na renda nacional - a soma do **PIB** pago aos trabalhadores em salários e benefícios - vem caindo nos EUA e em muitos outros países desenvolvidos desde os anos 80. A queda desde 2000 foi particularmente íngreme, levando a salários estagnados, aumento da desigualdade e uma perda do poder de compra do consumidor.

Mas cie muitas maneiras este é um momento difícil para o governo Biden inverter essa situação. Com o desemprego ainda elevado por causa da pandemia, não há uma pressão natural de alta dos salários. E alguns economistas afirmam que intervir para aumentar o salário mínimo agora desencorajaria as contratações.

Além disso, muitas companhias que sobreviverem à pandemia tentarão reduzir seus custos substituindo trabalhadores por tecnologia. De fato, a automação é um dos principais fatores por trás do declínio cie várias décadas da participação do trabalho no **PIB**, segundo um estudo feito em 2019 pelo McKinsey Global Institute.

No entanto, há três grandes motivos por que podemos ainda estar em um importante ponto de virada na linha divisória entre o trabalho e o capital nos EUA.

O primeiro é que o governo Biden acaba de invocar a Lei de Proteção de Defesa (Defense Production Act) para forçar o setor privado a acelerar a produção e a distribuição de vacinas. Isso criará imediatamente mais demanda por empregos - uma tendência que poderá continuar depois da pandemia, uma vez que há clamores bipartidários pelo fortalecimento das cadeias de fornecimento domésticas para outros produtos farmacêuticos e para alimentos.

O segundo motivo é que há uma tendência de maior sindicalização, especialmente em setores de crescimento elevado como o cie tecnologia. O impacto de algumas centenas de funcionários do Google na Califórnia formando um sindicato não deve ser exagerado - eles ainda são uma fração da força de trabalho de 100.000 pessoas no Estado -, mas é um marco cultural importante.

Ativistas sindicais estão tendo agora discussões parecidas com outras empresas do Vale do Silício. Funcionários da Amazon no Alabama votarão pela sindicalização em fevereiro. Ao mesmo tempo, organizações globais de trabalhadores, como a Confederação Sindical Internacional, estão pressionando os EUA e a União Europeia (UE) para que eles incluam cláusulas sobre os direitos dos trabalhadores em qualquer nova regulamentação das BigTechs.

Biden já está usando seus poderes como presidente para insistir que as empresas privadas com contratos com o governo federal usem mão de obra mais bem-remunerada - algo que os sindicatos estão elogiando.

E o poder da mão de obra organizada deverá crescer. Algumas autoridades acreditam que isso poderá ter um papel importante em ajudar os indivíduos - não só os trabalhadores, como também os consumidores - a readquirirem o valor de seus dados pessoais ao formarem "sindicatos de dados". Esses sindicatos agiriam como supervisores independentes cios conjuntos de dados, concretizando seu valor comercial para seus membros. Embora fragmentos de dados de indivíduos não tenham grande valor, os conjuntos cie dados têm - e uma divisão mais equitativa da riqueza intangível contida nesses dados poderia mudar o equilíbrio de poder entre as corporações e os indivíduos.

O terceiro motivo é que as tendências demográficas que colocaram os trabalhadores em desvantagem estão finalmente revertendo - e para o trabalho nos EUA isso poderá se mostrar o maior de todos os ventos favoráveis. Conforme Charles Goodhart e Manoj Pradham exploram em seu livro "The Great Demographic Rever-sal", o equilíbrio do poder entre o trabalho e o capital diz respeito à oferta e demanda. Nas últimas quatro décadas, o ingresso pleno dos "baby boomers" na força de trabalho, incluindo uma proporção crescente de mulheres, mais a ascensão da

China e de outros mercados emergentes, criou o maior choque positivo na oferta de mão de obra já visto. Diante disso, um enfraquecimento do trabalho em relação ao capital era inevitável.

Agora, todas essas tendências que pressionaram tanto os salários por 40 anos em grande parte se esvaziaram. As taxas de nascimento estão caindo na maioria dos países. Mudanças geopolíticas e econômicas levaram algumas nações, como a China, a criar cadeias de fornecimento mais independentes. Os "baby boomers" estão envelhecendo. Tudo isso significa que os ventos contrários deflacionários para o trabalho estão pelo menos diminuindo.

E mais: uma população em envelhecimento fará da indústria dos cuidados com a saúde um grande criador líquido de empregos. Enquanto funções de diagnósticos remotos - a chamada "telemedicina" - podem ser transferidas para países onde os salários são mais baixos, como a índia, a maioria das posições na área de cuidados com a saúde é de empregos de contato próximo, que não podem ser transferidos para fora. Não admira que seis de cada dez empregos que o Bureau of Labor Statistics dos EUA acredita que crescerão mais rapidamente na próxima década, estão nas áreas de enfermagem, terapias e serviços de saúde.

Esses empregos são parte cio que o novo governo Biden chama de "economia do cuidado" - uma importante plataforma de campanha econômica. O presidente propôs reforçar não só os cuidados de saúde para os mais velhos, como também a assistência à infância para as famílias - outra tarefa que não pode ser terceirizada para fora do país. Ele sugeriu que os gastos poderiam ser pagos pela eliminação de lacunas tributárias nas transações imobiliárias.

É claro que o aumento dos custos com mão de obra afetaria os lucros corporativos. Mas nos países ricos - onde os gastos do consumidor representam a maior parte da economia -, as empresas também devem se beneficiar. Portanto, há muito que ganhar com o reequilíbrio do poder entre o trabalho e o capital. (Tradução de Mário Zamarian)

Rana Foroohar é editora especial do Financial Times em Nova York.

Site: https://valor.globo.com/impresso

Economia já aceita volta do auxílio, mas quer atrelar medida a corte de gastos

Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Apesar das resistências, o Ministério da Economia já discute uma nova rodada do auxílio emergencial, mas com uma condição: a realização de um acordo com o Congresso para aprovação rápida de medidas de corte de gastos. A decisão só deve ser tomada depois das eleições para o comando da Câmara e do Senado - marcadas para 1.º de fevereiro -, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende abrir diálogo para a aprovação das medidas.

Até lá, a estratégia é "segurar a respiração e esperar a eleição", como definiu ao Estadão um integrante da equipe econômica.

A posição dos quatro principais candidatos à presidência de Câmara e do Senado, favoráveis à nova rodada do auxílio em meio ao avanço da covid-19, está forçando o governo a rever os planos, ao mesmo tempo que cresce a pressão para o governo acelerar as negociações para adquirir vacinas para imunizar a população e destravar a economia.

Como revelou o Estadão no sábado, o ministro quer aproveitar o momento de pressão dos parlamentares, governadores e prefeitos para tentar "fazer do limão uma limonada" e aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) com medidas de ajuste que não avançaram em 2020, incluindo cortes em gastos com os servidores.

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro deu a senha e evidenciou a preocupação do governo com o endividamento. "A palavra é "emergencial". O que que é "emergencial"? O que não é duradouro, não é vitalício, não é aposentadoria.

Lamento muita gente passando necessidade, mas a nossa capacidade de endividamento está no limite", disse a apoiadores.

Guedes quebrou o silêncio que mantinha desde que voltou das férias de fim de ano. Em seu primeiro pronunciamento público em 2021, defendeu ontem a vacinação, numa estratégia do Palácio do Planalto para reverter as críticas pela demora na implementação do plano de imunização do governo (ler mais abaixo).

Apesar da maior reserva, Guedes está trabalhando em medidas e aguarda o resultado das eleições para que essas negociações não atrapalhem a corrida no Congresso. A última aparição do ministro em entrevista tinha sido em 23 de dezembro, numa divulgação de dados sobre emprego.

Crédito extraordinário. O discurso da área econômica é buscar espaço no Orçamento e no teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à **inflação**.

Mas, como a necessidade do auxílio é urgente, o tempo é curto para aprovar uma PEC e o Orçamento de 2021 ainda não foi aprovado, não se descarta a possibilidade de abrir um crédito extraordinário, liberando recursos fora do teto.

Diante da constatação do agravamento da segunda onda da covid-19, o que se considera é que o pedido do crédito, se bem fundamentado, poderá ser aceito pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF). A posição da SOF é relevante porque sempre houve resistência dos técnicos em assinar um crédito extraordinário, que exige que os recursos sejam direcionados para gastos imprevisíveis. Como a pandemia não é mais imprevisível, essa dúvida sempre foi levantada. Mas a piora da covid e as novas medidas de restrições em grandes cidades estão mudando o quadro.

Nesse caso, o governo pretende dar uma sinalização na direção da redução da dívida pública.

Para isso, Guedes e sua equipe contam com a devolução antecipada de recursos emprestados pelo

Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Caixa Econômica Federal. A dívida pública em 2020 deve ficar mais baixa do que o previsto. O especialista Fernando Montero, economista-chefe da Tullet Prebon, prevê que a dívida bruta tenha ficado em 87,9% do Produto Interno Bruto em 2020. A Instituição Fiscal Independente (IFI) reduziu sua projeção de 93,1% para 90,1% do **PIB**.

No Congresso, os dois principais parlamentares candidatos à presidência da Câmara - Baleia Rossi (MDB-SP) e Arthur Lira (PP-AL) - avaliam que dá para fazer um novo auxílio dentro do teto. O atual presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEMRJ), que apoia a candidatura de Baleia, disse ontem que, se o endividamento do País tiver fechado num patamar menor, é possível debater uma prorrogação do auxílio por até seis meses, em valor de R$ 200 ou R$ 300.

Do outro lado da disputa, Lira buscou mostrar alinhamento aos objetivos de Guedes e se disse disposto, se eleito para o comando da Câmara, a discutir a revisão de gastos como o abono salarial, espécie de 14.º salário pago a trabalhadores com carteira que ganham até dois salários mínimos. O benefício é considerado disfuncional pela equipe econômica.

"O abono será discutido, mas não quer dizer que o ajuste será só nas costas do abono", disse.

Segundo Lira, qualquer discussão sobre o auxílio "precisa respeitar o teto de gastos".

Busca de espaço

"Lamento muita gente passando necessidade, mas a nossa capacidade de endividamento está no limite."

Jair Bolsonaro PRESIDENTE

"O abono será discutido, mas não quer dizer que o ajuste será só nas costas do abono."

Arthur Lira DEPUTADO FEDERAL (PP-AL)

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Alta de alimento "mascara" inflação baixa em serviços

Arícia Martins

Em grande parte influenciado pelos alimentos, o estouro da meta de **inflação** em 2020 "escondeu" um comportamento atipicamente benigno cios preços do setor da economia mais afetado pela pandemia. Os serviços, que figuraram como principal pressão inflacionária no começo da última década, subiram apenas 1,73% no ano - a menor alta desde 1999, quando o grupo aumentou 1,35%.

Responsável por cerca de 35% do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o conjunto que reúne itens como cabeleireiro, aluguel e empregada doméstica chegou a avançar 9% em 2011. À época, o segmento se beneficiava de uma economia ainda aquecida, com expansão da renda e da classe média, que começou a dedicar maior parte do orçamento para gastos como serviços pessoais e lazer.

Nos anos seguintes, a **inflação** de serviços se manteve em patamar elevado, rodando acima de 8% até 2015, quando a economia já estava em recessão. A partir de então, houve uma lenta trajetória de desaceleração, que culminou com alta de 3,5% em 2019. Segundo especialistas, este deve ser "o novo normal" para a variação dos preços no setor, que tende a voltar para nível mais perto da meta de 3,75% em 2021, refletindo a reabertura gradual das atividades e o processo de vacinação.

Economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otávio de Souza Leal afirma que o comportamento do consumidor ao longo da pandemia foi traduzido pela trajetória dos preços em 12 meses. De um lado, itens mais consumidos em casa, com destaque para alimentos, foram as maiores pressões. Do outro, setores que enfrentaram restrições ao seu funcionamento não conseguiram reajustar seus preços e, em muitos casos, até registraram deflação.

As maiores quedas em 2020 ocorreram nos preços de passagens aéreas (-17,15%), hospedagem (-8,07%), seguro de veículo (-7,91 %), mudança (-7%), transporte por aplicativo (-5,77%) e cinema, teatro e concertos (-1,68%). "De todos os itens que tiveram deflação no ano, 22% são de serviços", nota Leal. "Apesar do número forte de novembro [alta de 2,6% sobre outubro], o ano deve fechar com queda perto de 7% do volume prestado de serviços", comentou.

"A pandemia responde pela maior parte da variação baixa dos serviços em 2020", aponta André Braz, coordenador cio índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). Braz observa que outros preços afetados pelo isolamento social perderam fôlego, como empregada doméstica, que desacelerou de 3,71% para 1,76% entre 2019 e o ano passado, e cursos regulares, que subiram 1,13% em 2020, ante 4,97% no ano anterior.

No último trimestre do ano, porém, os serviços mostraram tendência de alta, ao subirem 0,55% em outubro, 0,39% em novembro e 0,83% em dezembro. Para o economista da FGV, esse movimento já era esperado, em linha com a relativa reabertura dos estabelecimentos e o aumento na circulação das pessoas.

A tendência é que essa aceleração continue nos próximos meses, diz Braz, à medida que a economia se aqueça. Além disso, acrescenta, o setor também será impactado pela pressão de custos recente. "No ano passado 60% da **inflação** veio de alimentos, o que pressiona os custos dos restaurantes. A bandeira tarifária vermelha em dezembro também elevou os custos de vários prestadores de serviços", acrescenta ele, que também destaca o aumento de matérias-primas.

Para retirar a influência da sazonalidade mais pressionada de fim de ano, o economista-chefe da Novus Capital, Tomás Goulart, prefere analisar como se comportou a **inflação** de serviços na ponta com o cálculo de uma média móvel trimestral. Na medida anualizada e dessazonalizada pela Novus, os serviços aumentaram 5,6% em dezembro, ante 4,2% um mês antes.

Goulart ressalta que o avanço ocorreu tanto nos serviços que mais dependem de aglomeração, grupo que ele chama de serviços sensíveis à covid, quanto naqueles que não têm suas atividades atingidas pela pandemia: o primeiro grupo acelerou de 6,6% para 7,6% entre novembro e dezembro, e o segundo, de 3,7% para 4,2%. A desagregação foi feita com base em estudo do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) de San Francisco.

"Os agentes econômicos estavam em dúvida sobre em que ritmo essa normalização dos preços iria acontecer. A reação foi rápida", avalia Goulart, para quem os serviços terão alta de 3,5% em 2021, um pouco acima do previsto para o IPCA, que deve ficar em 3,3%. "É uma pressão, mas que não levará a **inflação** a um patamar acima da meta."

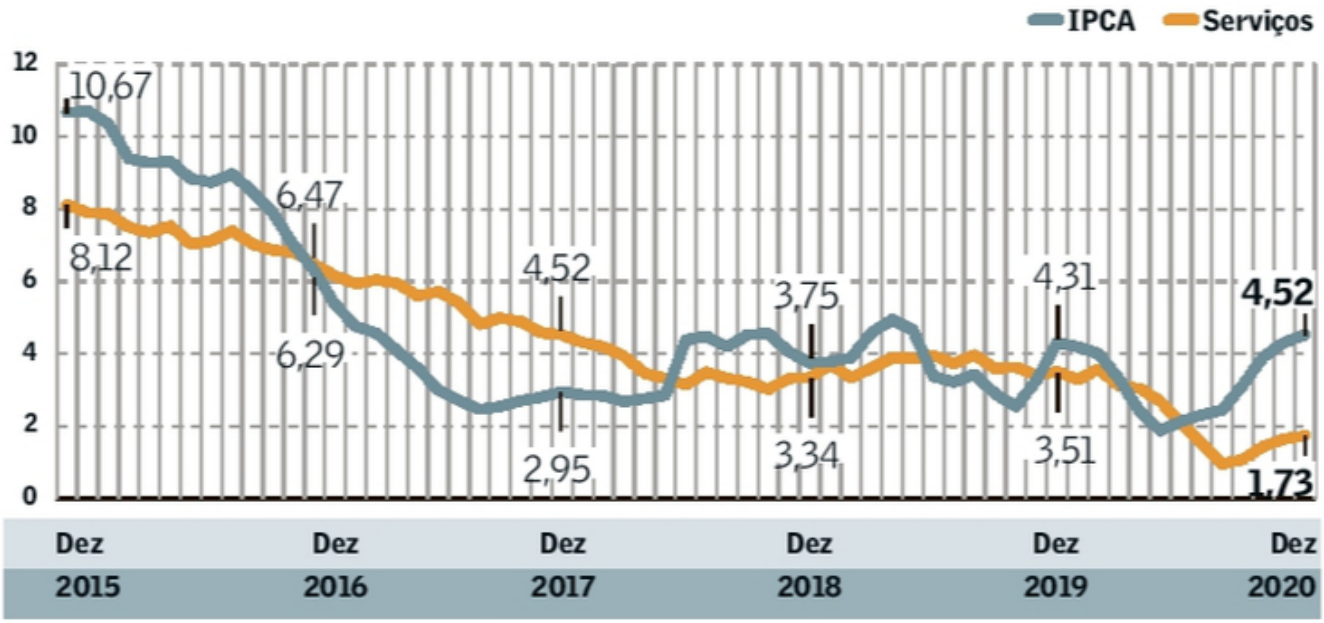
Braz, do Ibre/FGV, lembra que, apesar da retomada da economia, há outros fatores que contribuem para que a **inflação** de ser-

viços fique em nível ainda comportado, como a retirada do auxílio emergencial e uma taxa de desemprego elevada. "A **inflação** de serviços deve ir para a meta [de 3,75% para 2021]. Ela não vai virar uma preocupação, nem um desafio maior para a **inflação**."

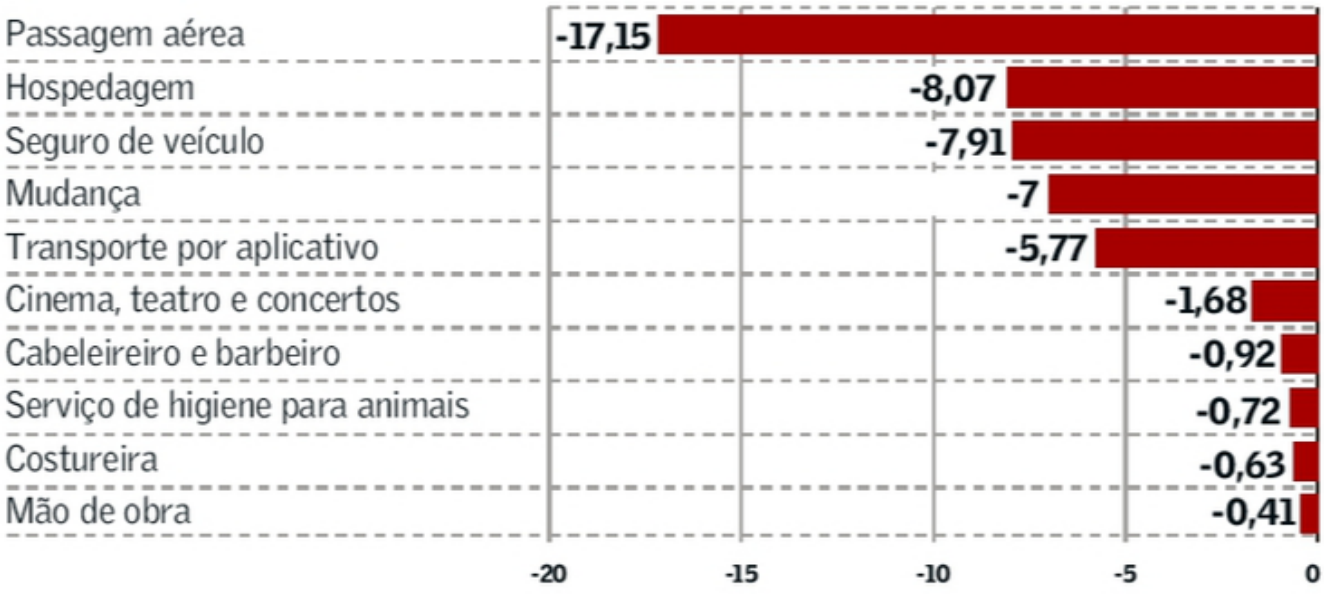
Site: https://valor.globo.com/impresso

Serviços em baixa

Pandemia leva inflação do setor ao menor nível em 21 anos



Serviços que ficaram mais baratos em 2020 - Em %



Fonte: MCM Consultores, IBGE

A distopia de uma fila paralela para a vacina

Maria Cristina Fernandes

O pacote inclui passagem de primeira classe ou em jato particular, a vacina e a acomodação em hotel exclusivo por até um mês até a aplicação da segunda dose. Se a opção for pela vacina da Pfizer, o destino é Dubai, nos Emirados Árabes. Se a escolha for a da AstraZeneca, é Mumbai, na índia. O mimo, segundo reportagem do "The Telegraph" publicada neste domingo, pode chegar a US$ 55 mil, além de outros US$ 55 mil da anuidade do Knightsbridge Circle, que oferece o pacote. O clube promove o exclusivo "turismo da vacina" fica no Reino Unido, onde o imunizante primeiro foi aplicado.

Assim como em quase todos os países que já começaram a imunização, lá a vacina só é acessível pelo sistema público de saúde, o NHS. No Brasil, a vacinação em massa é feita pelo SUS desde que ele foi criado pela Constituição de 1988, mas a inoperância do governo e a incerteza em relação ao ritmo da vacinação têm, desde o ano passado, levaram empresas a cogitar uma vacinação exclusiva para funcionários e familiares. Não se trata ir vacinar em Dubai, a US$ 55 mil per capita, mas de trazer o imunizante ao Brasil e montar uma vacinação paralela.

Ontem, a Dasa, grupo que reúne laboratórios de medicina diagnostica e hospitais, divulgou nota para negar que esteja negociando um lote de 33 milhões de doses, sendo metade dos quais, para o SUS, conforme noticiado pela "Folha de S. Paulo".

A inquietação, no meio empresarial, por uma fila paralela de vacinas, porém, prossegue. Sócio da Gávea Investimentos e fundador do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ipes), Arminio Fraga tem acompanhado a discussão em grupos de WhatsApp de investidores e empresários. Entende o desespero de muitos deles frente à incompetência do governo na gestão das vacinas, mas não consegue se convencer de que imunização paralela, por iniciativa privada, seja producente.

Discorda até mesmo dos grupos que se propõem a comprar para doar integralmente ao SUS. Seu temor é o de que um grupo privado, com caixa para pagar valor mais alto pelas doses da vacina, inflacione o mercado e dificulte a política governamental de compras. A pressão, diz, tem que ser lá dentro do governo, no convencimento de que a vacinação invadirá 2022 e que é preciso diversificar fornecedores, incorporando, por exemplo, o imunizante da Johnson Johnson, que, ao contrário daquele da Pfizer, não precisa de refrigeração a 70 graus negativos.

A resistência de investidores e empresários em aceitar que não há saída fora da saúde pública é a mesma que resiste à ideia de que o SUS é sub financiado. Em grande parte, diz Arminio, pela repartição de recursos orçamentários com o setor privado.

Sua conta é simples. O Brasil gasta os mesmos 9% do **PIB** com saúde que o Reino Unido, sendo que 42% vão para o SUS (que atende 75% da população), enquanto os britânicos destinam 90% para o NHS. Depois de ter sido crucial para o primeiro ano da pandemia com a doação de respiradores e equipamentos de proteção individual, a iniciativa privada, ao mobilizar recursos para aquisição de vacinas que contorne o SUS afronta não apenas a lei, como a eficácia da vigilância epidemiológica quanto a própria perspectiva de retomada econômica.

Professor de medicina preventiva da USP, Mario Scheffer não consegue imaginar nada pior para acontecer no Brasil hoje. Ele lembra que não falta dinheiro desde que o STF estendeu os critérios da calamidade pública para oferecer cobertura fiscal à vacinação nem logística no SUS. O que falta é planejamento, mas isso não é uma fila paralela que vai resolver. E pode atrapalhar muito.

O governo dividiu a população em grupos prioritários e estabeleceu uma ordem para o início da imunização em função da disponibilidade da vacina. Uma fila paralela, além de reforçar desigualdades e privilégios, desmonta toda a lógica epidemiológica traçada pela política pública.

Scheffer diz que não dá para comparar a oferta de vacinas, como a da gripe, por laboratórios privados e por empresas, ao esforço nacional que hoje guia a busca de uma cobertura universal contra a covid-19 . As empresas oferecem, para a comodidade de seus funcionários, uma vacina que está disponível no mercado. Não é o caso do imunizante contra a covid. Nem mesmo a sobrevivência econômica das empresas está garantida pela fila paralela. Se os funcionários forem salvaguardados da pandemia, o mercado consumidor não estará. A empresa pode estar apta a voltar a produzir. Mas para quem? Sem vacina não tem emprego nem renda.

Para a imagem das empresas, tanto aquelas que

compram as vacinas, quanto para aquelas que as vendem, tampouco poderia haver estratégia pior. Seus produtos passariam a gerar antipatia, e os fabricantes, que têm sido acossados por governos do mundo inteiro, tampouco teriam como justificar exceções privadas.

O tema exaspera porque não adianta ter passaporte europeu ou imóvel em outro país. Onde quer que se vá, a fila obedece mais ou menos os mesmos critérios de idade, comorbidade e a prioridade para trabalhadores de serviços essenciais. A não ser, claro, que sequeira ingressar no mercado paralelo de vacinas, como o do Knightsbridge Circle.

Site: https://valor.globo.com/impresso

Vacina antecipa disputa política entre Bolsonaro e Doria. Entenda as estratégias

Thiago Herdy

O governador João Doria (PSDB) e o presidente Jair Bolsonaro Foto: Editoria de Arte / O Globo

SÃO PAULO - A briga política entre o presidente Jair Bolsonaro e o governador de São Paulo, João Doria, amplificada pelo antagonismo em torno da vacinação contra o coronavírus, já traz repercussões para a disputa pelo Palácio do Planalto em 2022, quando ambos serão prováveis nomes na urna.

De um lado, Doria ganhou fôlego após conseguir a aprovação do uso emergencial da CoronaVac e iniciar a vacinação em seu estado antes do Ministério da Saúde. Pesquisa Datafolha divulgada ontem aponta que 46% dos brasileiros acham que o governador de São Paulo fez mais contra a pandemia da Covid-19 do que Bolsonaro. Segundo o levantamento, 28% acham que o presidente se empenhou mais do que o tucano.

Doria percebeu o movimento e intensificou a briga pública com o presidente, chamando-o de facínora e incentivando a população a bater panela em protesto contra o governo federal. Ontem, o governador paulista promoveu um evento pró-vacinação que contou com os ex-presidentes Michel **Temer**, Fernando Henrique Cardoso e José Sarney. Lula, Dilma Rousseff e Fernando Collor não compareceram.

Somente entre os que afirmam viver uma vida normal na pandemia, Bolsonaro é mais bem avaliado. Nesse grupo, 46% acham que o presidente gerencia melhor as medidas de combate ao coronavírus, ante 28% que apontam o governador de São Paulo como melhor gestor.

O instituto ouviu por telefone 2.030 pessoas, nos dias 20 e 21 de janeiro. A margem de erro é de dois pontos para mais ou menos.

Favoritismo na Câmara

O favoritismo do candidato governista Arthur Lira (PP-AL) na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados, contra o candidato de Doria, o deputado Baleia Rossi (MDB-SP), no entanto, pode voltar a desequilibrar o jogo pró-Bolsonaro.

Caso se confirme a vitória de Lira, a base governista deverá ser reorganizada após o carnaval, movida pela prometida **reforma ministerial**. Neste cenário, a nova configuração vai trazer o centrão ainda mais para perto do governo, o que poderá atrair também mais nomes de outras legendas, como DEM e PSD - os dois partidos já têm ministros, mas os comandos das siglas dizem que as nomeações são da "cota pessoal" de Bolsonaro.

A saída de Rodrigo Maia (DEM-RJ) da presidência da Câmara poderá fortalecer o grupo do DEM mais interessado em aliar-se ao governo federal, mas o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (DEM), trabalha para tentar conter este quadro e garantir o partido pelo menos em posição neutra, tendo em vista o jogo da eleição presidencial do ano que vem.

O desafio de Doria é furar este cerco e buscar reconhecimento e votos em regiões onde integrantes do próprio PSDB torcem o nariz para ele, como no Norte e no Nordeste, e em estados como Minas Gerais.

Segundo o Datafolha, Doria é mais bem avaliado entre quem toma cuidados em relação à pandemia (45% a favor do tucano ante 31% do presidente), quem só sai de casa por necessidade (50% a 20%) e quem está isolado (57% a 22%).

Entre os mais ricos, que ganham mais de 10 salários mínimos mensais, há um equilíbrio de percepção: 41% acham que Doria se sai melhor, e 37%, Bolsonaro.

O protagonismo de Doria garantiu uma vacina produzida no Brasil, resultando em respeito entre colegas governadores. Ao mesmo tempo, a tinta pesada aplicada no marketing pessoal do governador também causou incômodo.

A briga entre Bolsonaro e Doria repercute diretamente no andamento da administração tucana em São Paulo: há atraso em projetos de infraestrutura que dependem de repasses da Caixa Econômica Federal. A interlocução entre as áreas técnicas dos dois governos também está paralisada pelo clima de beligerância política.

Do lado governista, a aposta é na neutralização da vantagem obtida por Doria com a CoronaVac, a partir do momento em que a Fiocruz liberar as primeiras

doses da segunda vacina produzida no país, em parceria com o laboratório AstraZeneca e a Universidade de Oxford, a partir de março.

Segundo um parlamentar aliado do governo, a "solução" para as dificuldades enfrentadas com a vacina já apareceu, o que, segundo ele, também vai ajudar a limitar o debate sobre um possível impeachment à oposição.

A reprovação a Bolsonaro aumentou oito pontos percentuais: 32%, em dezembro, para 40%, na semana passada, segundo o Datafolha. O fim do auxílio emergencial, que deixou de ser pago em dezembro; a aplicação da CoronaVac, que o presidente chegou a ironizar; e o aumento da crise pela pandemia ajudam a explicar a piora no desempenho do presidente, segundo analistas. A maioria dos brasileiros (53%), no entanto, é contra a abertura de um processo de impeachment contra o presidente.

- Doria conseguiu se projetar com a vacina, mas trata-se de visibilidade construída em relação a uma questão sanitária e de saúde. Numa disputa presidencial, ele também terá que se posicionar sobre temas que dividem o eleitorado. Terá que ser mais que o candidato da vacina CoronaVac - diz o cientista político e professor da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), Fernando Antônio de Azevedo.

O índice dos que acham o desempenho de Bolsonaro ruim ou péssimo no combate à pandemia subiu de 42% para 48%. Aprovam o trabalho do presidente 26%, mesmo índice de dezembro, e consideram regular 25% dos entrevistados.

Site: https://oglobo.globo.com/brasil/vacina-antecipa-disputa-politica-entre-bolsonaro-doria-entenda-as-estrategias-24854918